

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NO  
CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO  
GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS DO  
LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Inaê Adorno de Araujo

**Piracicaba, SP**  
**2006**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NO  
CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO  
GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS DO LITORAL  
NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**INAÊ ADORNO DE ARAUJO**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Guiomar Carneiro Tomazello

**Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora do Programa de  
Pós- Graduação em Educação da  
UNIMEP como exigência parcial  
para obtenção do título de  
Mestre em Educação.**

**Piracicaba, SP  
2006**

## **BANCA EXAMINADORA**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Guiomar C. Tomazello**

**Titular: Profa. Dra. Célia Margutti do Amaral Gurgel**

**Titular: Profa. Dra. Luiza Ishikawa Ferreira**

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente gostaria de agradecer a todos que de alguma forma colaboraram com a execução deste projeto:

Em especial aos meus pais que eu tanto amo, que sempre acreditaram em mim, me dando total apoio. Aos meus irmãos, que, apesar de tudo, sempre foram meus melhores amigos.

Agradecer a minha orientadora Magui, pela paciência e orientação.

E, claro, às ONGs do Litoral Norte do Estado de São Paulo que aceitaram participar da pesquisa, fornecendo as informações necessárias a pesquisa e que me acolheram com carinho.

Ao Marlon, que está sempre ao meu lado, tanto nas horas boas como nas ruins: obrigada por ter entrado na minha vida.

Aos anjos que Deus sempre colocou na minha vida para me proteger e me manter no caminho certo.

E a Deus, que sem ele, eu não estaria aqui.

## RESUMO

Nos últimos anos, o Litoral Norte do Estado de São Paulo vem passando por vários problemas com a ocupação desordenada do solo e a exploração turística. As prefeituras parecem não se dar conta desse processo, e não possuem programas eficientes de Educação Ambiental para desenvolver uma consciência crítica na população, transferindo, muitas vezes, a sua responsabilidade para as ONGs. O presente trabalho teve por objetivo, investigar como se insere a Educação Ambiental no contexto das organizações ambientalistas do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Para tal, utilizou-se entrevistas com alguns ativistas das ONGs e membros da comunidade, além da coleta de dados através de *sites* na Internet. A preocupação com a conscientização e com formas de participação na gestão pública da população nos permite considerar, de forma geral, que as ONGs ambientalistas analisadas se empenham em fazer com que as comunidades pobres encontrem soluções para os seus problemas, e em passar informações à população para uma formação moral e o desenvolvimento da cidadania. Apesar de todos os ativistas terem um ideal comum – a defesa e a recuperação do meio ambiente –, em geral, não têm uma posição clara sobre Educação Ambiental. Mantêm um discurso, às vezes emancipatório, mas com práticas conservadoras, disciplinatórias, como é o caso de projetos na área de reciclagem de lixo e mutirões de limpeza das praias. Não só reclamam da falta de apoio como acusam as prefeituras de não cumprirem a lei de zoneamento ambiental, entre outros problemas. Em muitos casos, é unicamente por meio das ONGs que a Educação Ambiental chega até à comunidade local, seja de modo informal, ou através de projetos realizados nas escolas, com as comunidades de moradores, maricultores, pescadores e surfistas. Os resultados indicam que as ONGs vêm contribuindo para que os moradores e freqüentadores das praias do Litoral Norte do Estado de São Paulo se sensibilizem em relação aos problemas ambientais, ao mesmo tempo que mostram o quanto ainda há por fazer em termos de ampliação dos canais de participação política, uso e conservação dos recursos naturais.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental, Educação Ambiental Não Formal, Organizações Não Governamentais.

## **ABSTRACT**

In the last few years, the São Paulo State north coast has been experiencing many problems with disorderly land occupation and tourism exploitation. The City Halls has not been handling this process properly, and do not have efficient Environmental Education programs to develop a critical conscience in the population, transferring, many times, their responsibility to NGOs. The purpose of this research is to investigate how Environmental Education can be put over in the context of Sao Paulo north coast environmental organizations. To achieve this purpose, there were some interviews with NGOs and community members, and much information was found through websites. The preoccupation with awareness and population participation in public management allows us to consider, in a generic way, that the environmental NGOs analyzed - they work hard to show poor communities how to find solutions to their problems, and to offer information to the population, for them to grow in terms of citizenship development. In spit of all the activists having a common ideal (defense and recuperation of the environment), in general, there is not a clear position on Environmental Education. They keep a discourse, sometimes of emancipation, but with conservatory, and disciplinary practices, like the projects with the garbage recycling and cleaning groups working on the beaches. They complain not only about the lack of support but also accuse the City Halls for not executing the environment zoning law, besides others problems. In some cases, it is only through the NGOs that Environmental Education arrives into the local community, in an informal way, or through projects developed in schools, with the resident community, shell fish operators, fishermen and surfers. The results show that the NGOs have been contributing together with the Sao Paulo north coast beach residents and are frequently sensitive to environment problems, while at the same time, showing how much needs to be done in terms of political participation amplification, as well as the use and maintenance of natural resources.

**Key Words:** Environmental Education, No Formal Environmental Education, Non Governmental Organizations.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>CAPÍTULO I – IMERSÃO TEÓRICA</b> .....	14
O Litoral Norte do Estado de São Paulo.....	14
A Emergência do Terceiro Setor.....	20
Educação Ambiental: Níveis e Formas de Atuação.....	34
<b>CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b> .....	55
Construção das Categorias de Análise.....	56
<b>CAPÍTULO III – IMERSÃO NOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	64
Estudo Preliminar: Resultados e Considerações.....	64
Questionários e Entrevistas.....	67
Entrevista com a Comunidade.....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	88
<b>ANEXOS</b> .....	96
ANEXO 1: Questionário Enviado às ONGS.....	97
ANEXO 2: Roteiro de Entrevista com as ONGs.....	98
ANEXO 3: Roteiro de Entrevista com o Público-Alvo das ONGs.....	100
ANEXO 4: Resultados das Entrevistas.....	101

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o termo ONG (Organização Não Governamental) começou a ser utilizado apenas na metade da década de 80, porém referia-se apenas às organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares. (CREA, 2004).

Uma ONG pode atuar em vários campos, de várias formas, com objetivos diferenciados, com missões institucionais muito variadas. Tem como missão minimizar os graves problemas sociais que enfrentamos e trabalhar para melhorar a qualidade de vida de nossa sociedade, atuando em diversas áreas como: educação, saúde, assistência social, direitos humanos, cidadania, profissionalização, justiça, infância, adolescência, velhice, pobreza, emprego, meio ambiente, paz, democracia, cultura, defesa de minorias, ciência e nutrição. (CEPPS, 1998).

De acordo com o censo de outubro de 1993, o Brasil possuía nesse ano mais de 5 mil ONGs, sendo 40% destas as chamadas “organizações ecológicas”. (CARVALHO, 2003). A última pesquisa disponível, realizada em 2002, contabiliza 276 mil ONGs. Em média, surgiram no país, nos últimos quatro anos, pelo menos oito novas ONGs por dia. (CLEMENTE, 2006).

As ONGs ambientalistas (ou “ecológicas”), segundo Loureiro (2003), se caracterizam por terem objetivos voltados para a proteção ambiental, conservação ou desenvolvimento local, considerando uma ecossistema específico ou um conjunto deles, sem assumirem uma opção política ou ideológica, mantendo um caráter universalista no discurso. Possuem estrutura de funcionamento interna nem sempre democrática, existindo casos de entidades com número fechado de associados e presidentes vitalícios ou honorários.

A forma básica de atuação se desenvolve por meio da elaboração e realização de atividades/projetos oriundos de duas fontes: 1) ação voluntária de seus componentes, que dedicam parte do seu tempo livre, à realização de atividades em defesa dos objetivos da entidade ou 2) oriundos de recursos financeiros para a execução, que implica a



possibilidade de contratação de profissionais que passam a compor a sua estrutura organizacional e política.

Ainda de acordo com Loureiro (2003), as ONGs em geral, não falam em nome de classes ou comunidades específicas de moradores, mas em nome de objetivos e causas, o que traz, em tese, maior potencial de mobilização social e de organização.

A grande maioria das ONGs ambientalistas tem a Educação Ambiental como principal objetivo. Muitas ONGs iniciam suas atividades de Educação Ambiental com a intenção de induzir um comportamento positivo em relação ao meio ambiente, outras se envolvem visando encorajar vítimas de acidentes ambientais e tomar atitudes contra aqueles que causaram estes acidentes. (CARVALHO, 2003). De maneira geral, pode-se afirmar que as ONGs vêm exercendo um importante papel no desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, principalmente com as comunidades, em nível não formal, ou seja, fora do espaço escolar.

No Brasil, a Educação Ambiental se fez tardiamente. Apesar de registros de projetos e programas desde a década de setenta, é em meados da década de 1980 que ela começa a ganhar dimensões públicas de grande relevância, especialmente a Educação Ambiental formal, realizada no âmbito da escola. Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados oficialmente em outubro de 1997, trazem a Educação Ambiental como um tema transversal a ser trabalhado nas escolas por todas as disciplinas. Em 1999, o governo federal instituiu a Política de Educação Ambiental. Apesar da mobilização dos educadores ambientais, dos PCN, e da aprovação da lei que define sua política nacional, Loureiro (2004) considera que a Educação Ambiental ainda não se consolidou em termos de política pública. Daí, a importância do trabalho das ONGs.

A crise ambiental que estamos vivenciando atualmente exige a participação de cada indivíduo. O compromisso de cada um de nós, bilhões de habitantes deste planeta, é essencial e insubstituível para a implementação das mudanças radicais que o momento exige. Mas como conseguir o efetivo envolvimento de cada um?

Para Sorrentino (2002), se queremos que a sociedade em geral, não só o homem branco ocidental, mas mulheres, negros, idosos, crianças, homossexuais, artistas, pacifistas e outras minorias, decidam sobre problemas ambientais devemos explicitar às pessoas a viabilidade dessa *participação*. Assim devemos:

- Fornecer-lhes informações;
- Criar ou apontar os espaços de locução/troca efetiva e afetiva de olhares e saberes que possibilitem a formação de opinião;
- Definir mecanismos claros e transparentes de tomada de decisão;
- Possibilitar-lhes condições objetivas de participação efetiva.

No nosso entender, as organizações ambientalistas são um importante espaço para o envolvimento das pessoas, uma vez que contam com a sua simpatia e reconhecimento.

Corroborando com essa afirmação apresentamos o resultado da pesquisa<sup>1</sup> sobre as opiniões e impressões dos brasileiros com respeito ao meio ambiente e biodiversidade, divulgada no dia 22 de maio, pelo Ministério de Meio Ambiente, realizada em março deste ano (2006) pelo Instituto Vox Populi sobre as opiniões e impressões dos brasileiros com respeito ao meio ambiente e biodiversidade. Os resultados apontam:

*.Há grande simpatia pelas organizações que protegem o meio ambiente, mas o conhecimento sobre elas é pequeno e a filiação pouco expressiva.*

*.Quando avaliados os diferentes grupos e instituições sociais – na defesa do meio ambiente, sobressai a percepção positiva sobre as organizações ambientalistas e piora a avaliação sobre empresários e poder público.*

Para Clemente (2006), no imaginário popular as ONGs representam uma trincheira da sociedade civil contra abusos de governo ou de grandes empresas. Seriam, em sua maioria, campeãs de causas nobres e estariam repletas de ativistas dedicados e altruístas. Mas não é o caso de todas as ONGs.

Com a crescente demanda social por cidadania e democracia, as ONGs, segundo Loureiro (2003), assumiram um papel político voltado para a consecução de objetivos direcionados ao atendimento das necessidades básicas e dos problemas presentes no dia-a-dia. Apesar de baixa participação popular, as ONGs, potencialmente, podem contribuir para a definição de um processo emancipatório com ações no cotidiano. Em um cenário de enfraquecimento de espaços políticos, os pactos por políticas sociais universalistas são substituídos pela lógica das intervenções pontuais ou territoriais, em que o estado delega

---

<sup>1</sup> Os resultados estão no *site* do Ministério do Meio Ambiente: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

responsabilidade no combate aos problemas sociais, ampliando a responsabilidade no plano individual. (LEITE, 1999, *apud* LOUREIRO, 2003).

Assim, conhecer mais profundamente a atuação de algumas ONGs e as opiniões de seus representantes, pode resultar em contribuições que ajudem a repensar o seu papel quanto à Educação Ambiental. As ONGs, como é esperado, se concentram em locais de grande demanda ambiental. No Litoral Norte do Estado de São Paulo, por exemplo, foram criadas, nos últimos anos, várias ONGs que trabalham a Educação Ambiental com a população residente nessas regiões, e com os turistas visitantes dessas áreas para orientá-los em relação ao trato com o meio ambiente. Além disso, muitas atuam no sentido de prevenir ou resolver os problemas gerados pela exploração imobiliária, e pelo uso indevido dos recursos naturais.

O Litoral Norte representa o destino de descanso e lazer dos paulistanos; o patrimônio natural é o maior atrativo da região, composto pelo Parque Estadual da Serra do Mar e outras Unidades de Conservação. Porém, nos últimos anos, a região vem passando por vários problemas com a ocupação desordenada e quase desenfreada do solo, que é agredido pela destruição da vegetação nativa, pelos aterramentos e edificações tanto comercial quanto de veraneio. Têm-se, em acréscimo, outros problemas como a falta de tratamento do esgoto e a má destinação do lixo, isso tudo agravado com a ineficiência na fiscalização.

Essa ocupação também tem reflexos nas atividades econômicas e culturais das populações nativas, onde antigos valores sociais são desprezados para que outros, frutos de realidades adversas, sejam incorporados. Um bom exemplo é a valoração econômica de seus artesanatos, que acabou levando os caiçaras a desmatarem grandes áreas para obterem matéria prima para a sua confecção; outro exemplo é o esgotamento de recursos pesqueiro pela sobrepesca para agradar ao mercado turístico.

As prefeituras, por sua vez, parecem não se dar conta das conseqüências desse processo; não possuem programas eficientes de Educação Ambiental para desenvolver uma consciência crítica na população, sendo então as ONGs as únicas responsáveis por este tipo de atividade. O poder público parece transferir a responsabilidade pelo desenvolvimento da Educação Ambiental para as ONGs, sem ao menos ter conhecimento dos princípios filosóficos e pedagógicos que orientam suas ações.

Pelo exposto, a presente pesquisa tem por objetivo, investigar *como se insere a Educação Ambiental no contexto das organizações ambientalistas do Litoral Norte do Estado de São Paulo*.

Desta forma, o estudo foi desenvolvido em três etapas:

1- Levantamento preliminar – Foi feito, principalmente, por meio de pesquisas realizadas na internet, em sites das próprias ONGs, em jornais e portais das prefeituras da região em foco; foram encontradas 55 organizações da área ambiental e 34 que se propõem a trabalhar com a Educação Ambiental. A fundação da ONG mais antiga data de 1979 e a última de 2000, sendo fundadas à medida que aumentam os problemas ambientais da região com uma maior exploração turística dessas cidades. Todas estas 34 ONGs mostram uma grande preocupação com a preservação do que ainda resta de área natural de Mata Atlântica, tanto na Serra do Mar, como próximo às praias. A maioria dos projetos está voltada para a preservação de áreas naturais, conservação das espécies, atividades educativas com turistas e com a comunidade local.

2- Contato mais direto com as ONGs – O objetivo foi obter dados relativos às concepções nas quais elas se apóiam e às ações que afirmam promover na região.

3- Contato com pessoas moradoras da região de atuação das ONGs – Consideramos importante coletar opiniões a respeito da presença das organizações no local.

Trata-se, portanto de uma pesquisa de natureza qualitativa, considerada a mais adequada para esse tipo de investigação. Para responder à questão proposta pelo estudo, optamos por estruturar o trabalho da forma que passaremos a descrever.

A Introdução traz a relevância e os objetivos da pesquisa. No Capítulo I, há uma descrição da região estudada, seguida de uma conceituação do que venha a ser os movimentos sociais, sua importância no cenário político atual e um breve histórico sobre o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs). Apresenta, ainda, um estudo sobre as tendências e vertentes da Educação Ambiental segundo suas formas de atuação; e um breve histórico da Educação Ambiental no mundo e no Brasil.

Após esse levantamento de contexto e concepções teóricas, partimos para a apresentação da Trajetória Metodológica (Capítulo II), e no Capítulo III dos resultados obtidos e de uma discussão sobre eles. A partir desse diagnóstico, nas Considerações

Finalis, é apresentada uma síntese dos resultados e suas implicações em relação à Educação Ambiental Não Formal, bem como questões de fundo que impedem ou que podem possibilitar avanços no trabalho das ONGs. Espera-se com essa pesquisa, contribuir para um registro histórico de um importante momento pelo qual passa a educação como um todo, e em particular a Educação Ambiental Não Formal brasileira, frente aos problemas gerados à sobrevivência humana pelo crescimento populacional em determinadas regiões, advindos de modelos de desenvolvimento econômicos insustentáveis.

## CAPÍTULO I

### IMERSÃO TEÓRICA

#### O LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Entende-se por Litoral Norte do Estado de São Paulo uma faixa litorânea de 161 Km, que se estende de São Sebastião até Ubatuba na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, englobando 164 praias e 17 ilhas.

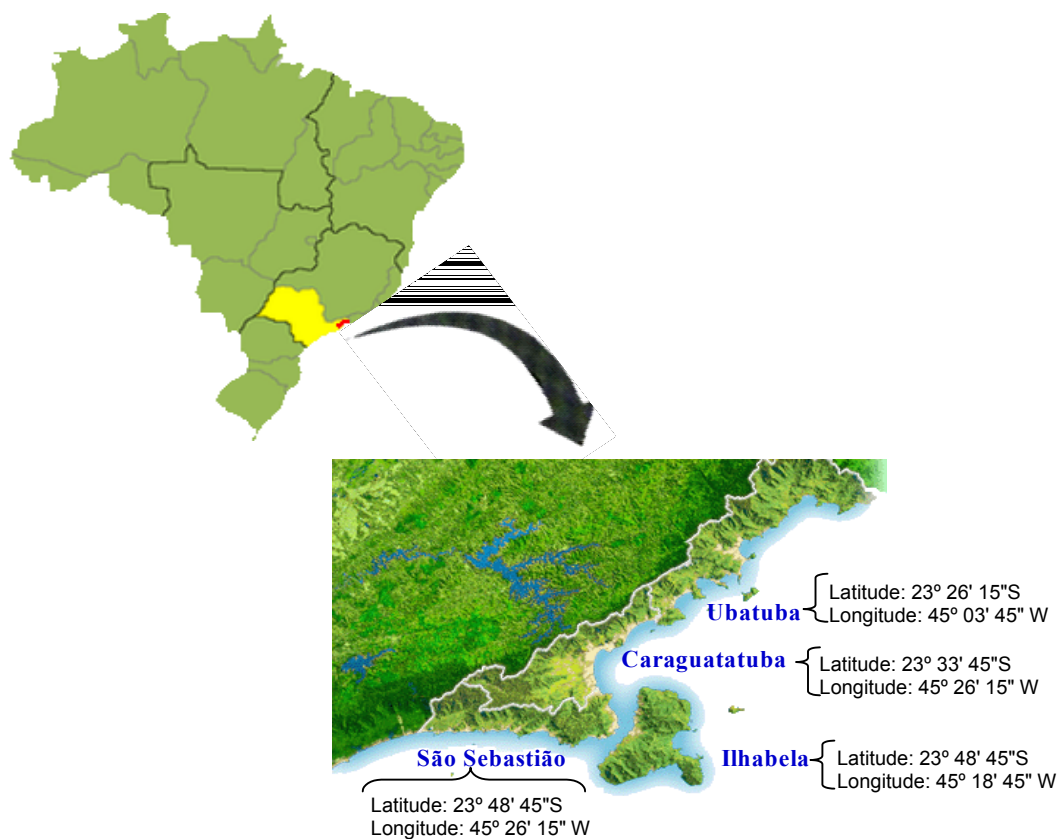


Figura 01: Mapa de Localização do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

O povoamento de todo o litoral paulista se deu nos séculos XVI E XVII em função da atividade portuária, favorecida pela geografia local que é toda recortada. Em São Sebastião há um canal que separa o continente da Ilha (Ilhabela), o que torna excelente as condições para a região ser mais bem aproveitada, principalmente a partir de 1925, embora as obras do porto só tenham sido concluídas em 1942, quando passou a receber, com maior frequência, pequenos navios. A autorização oficial para o funcionamento foi concedida em 1955, mas o porto só passou a ser regularmente utilizado a partir de 1966. (VALE VERDE, 2005).

As obras do porto foram acompanhadas pela abertura de uma estrada, ainda precária, entre São José dos Campos e Caraguatatuba, passando por Paraibuna (atual Rodovia dos Tamoios). Entre Caraguatatuba e São Sebastião, havia um caminho aberto em 1938, porém a travessia do rio Juqueriquerê era feita por balsa até 1962, quando foi construída uma ponte de concreto. A ligação entre Caraguatatuba e Ubatuba só foi estabelecida em 1955.

Esses caminhos, embora precários, já facilitavam o acesso de turistas provenientes das vizinhas cidades. A posição privilegiada de Caraguatatuba e sua extensa planície propiciaram o início da urbanização desse município. No período entre 1945 - 1949, foram aprovados três loteamentos em Caraguatatuba e na década de 50, mais quatorze, alguns já fora do centro. Nos anos 60, intensificou-se a ocupação do Litoral Norte, principalmente do eixo São Sebastião – Caraguatatuba devido à facilidade de acesso. (VALE VERDE, 2005).

Porém, a dificuldade de acesso conseguiu preservar até a década de 70 (quando foi inaugurada a Rodovia BR-101, popularmente chamada de “Rio-Santos”) boa parte da mata e da cultura dos moradores da região (conhecidos como “caiçaras”), caracterizada por uma completa integração com a natureza. (PARATY, 2005).

A aceleração do processo de ocupação ocorreu principalmente nas décadas de 80 e 90, período de maior crescimento da economia brasileira, e voltou a um ritmo mais lento nos últimos anos, o que não representou redução das demandas ou na diminuição dos problemas. O incremento da construção civil trouxe trabalhadores temporários para a região, que acabavam permanecendo no local, o que acabou provocando a ocupação precária e predatória das encostas, ultrapassando os limites do Parque Estadual da Serra do Mar (SERENZA, 2002), acompanhada por um grande desmatamento, uma

descaracterização do modo de vida dos moradores e uma crescente tensão social (PARATY, 2005) com um aumento no processo de favelização.

Atualmente o Litoral Norte representa o destino de descanso e lazer dos paulistanos, responsáveis por 27,2% do PIB nacional e, é o patrimônio natural o maior atrativo da região, assim, fica evidente a responsabilidade do poder público perante a conservação desta área. (CAPOBIANCO, 2005).

Em 2000, 0,6% da população do Estado (223 mil e 769 pessoas) habitava os municípios de Ubatuba, Ilhabela, Caraguatatuba e São Sebastião, e eram responsáveis por 1,051% do PIB do Estado, ou seja, por 4 bilhões, 517 milhões, 916 mil e 836 reais. (GOLDEMBERG, 2005).

A taxa anual de crescimento populacional da Zona Costeira, no período de 1991-2000, foi de 4,79%, bem superior à média paulista, que foi de 1,80%. (GOLDEMBERG, 2005). E, segundo dados do IBGE, no período entre 1996 e 2004 a população aumentou em 47,3% em todo o Litoral Norte. Sendo o maior aumento o de 87,7% em Ilhabela, seguido de 60,7% em São Sebastião, 39,7% em Ubatuba e 37% em Caraguatatuba.

Algumas pesquisas chegam a dizer que 75% a 90% das pessoas residentes nessa região subsistem do mercado do turismo. (RUSSO, 2000).

Informações da Prefeitura local revelam que os visitantes deixam, em Caraguatatuba, na alta temporada cerca de 20 milhões de dólares, o que equivale a um quarto do orçamento anual do município.

O turismo no Litoral Norte concentra-se, principalmente, em atividades relacionadas ao mar. As 17 ilhas são consideradas os mais belos locais da região e várias delas são visitadas por turistas em passeios de barco. A Ilha Anchieta, que fica no município de Ubatuba, é uma das mais visitadas. Algumas regiões como Ilhabela, com 36 praias, várias delas conhecidas como as mais bem preservadas do Litoral Norte, apresentam um grande potencial para a prática de turismo ecológico, devido à existência de diversas trilhas e de uma natureza bem preservada. (VALE VERDE, 2005).



## **Problemas Enfrentados no Litoral Norte**

Nesses últimos anos o Litoral Norte vem passando por vários problemas com a ocupação desordenada, como a falta de tratamento do esgoto e a má destinação do lixo, isso tudo agravado com a ineficiência na fiscalização.

Segundo dados do IBGE, no período entre 1996 e 2004 a população aumentou em 47,3% em todo o Litoral Norte. Sendo o maior aumento o de 87,7% em Ilhabela, seguido de 60,7% em São Sebastião, 39,7% em Ubatuba e 37% em Caraguatatuba. Estes dados somados a grande exploração turística dessa região, principalmente no verão, que chega a aumentar a população em até 132,2% que é o caso de Ubatuba, seguido de 119,2% em Caraguatatuba, 76,9% em São Sebastião e 47% em Ilhabela, e a uma ineficiência da coleta de esgotos, sendo que apenas 0,4% das residências de Ilhabela estão ligadas a uma rede coletora de esgotos; e o município que tem uma melhor rede coletora de esgotos é São Sebastião, o qual 29% das residências estão ligadas à rede, seguido por 17% de Ubatuba e 13% de Caraguatatuba gera muitos problemas ambientais para a região, tais como a favelização e as construções em áreas de risco ou insalubres. Tal situação é responsável por conflitos pela posse de terra, pelo aumento da criminalidade e pela sobrecarga na infraestrutura já precária da região. (GOLDEMBERG, 2005).

Toda essa situação acaba por atrapalhar a principal fonte de renda dessa região, o turismo.

Outro problema percebido pelos turistas é quanto a balneabilidade das águas das praias do Litoral Norte, a fase mais crítica é a primeira quinzena do mês de janeiro, época de intenso turismo. (LAMPARELLI, 2003).

Essa situação se dá pelo lançamento de volumes consideráveis de esgoto doméstico e industrial sem tratamento no oceano, o que vem comprometendo a qualidade das águas das praias, constituindo-se uma ameaça à saúde humana e à biota marinha. Segundo avaliações da CETESB, no período de 1983 a 1992 nove das sessenta praias visitadas foram consideradas impróprias, inclusive algumas com grande frequência, como a das Toninhas (Ubatuba) e a do Perequê (Ilhabela). (VALE VERDE, 2005).

Um programa de avaliação periódica de balneabilidade das praias foi iniciado em 1968. Atualmente inclui o monitoramento de 59 praias no Litoral Norte. As praias são

classificadas em quatro categorias: excelente, muito boa, satisfatória e imprópria, de acordo com a densidade de coliformes fecais.

Coliformes fecais são encontrados em grandes densidades nas fezes, portanto, a constatação destes em altas densidades em águas de praias, indica um elevado grau de contaminação por esgotos que pode colocar em risco a saúde dos banhistas e levar a uma série de conseqüências dependendo da situação local e grau de imunidade dos freqüentadores.

Outro avanço positivo é quanto aos investimentos que vêm sendo realizados nos últimos anos pelo governo, para a ampliação da oferta de água e da coleta de esgotos beneficiando uma parcela significativa da população. Assim, a qualidade das praias apresentou uma melhora significativa nos últimos dez anos. (SERENZA, 2002).

### **A Serra do Mar**

Em 1500, os domínios da Mata Atlântica cobriam mais de 1 milhão de quilômetros quadrados (1.085.544 km<sup>2</sup>), 12% do território nacional. Em 1990, os remanescentes da floresta atingiam pouco mais de 95 mil quilômetros quadrados (95.641 km<sup>2</sup>), 8,81% da mata original. Um levantamento de 1995, feito pelo INPE e pela SOS Mata Atlântica, concluiu que cerca de 10% dos remanescentes foram destruídos na primeira metade da década de 90. (NÚCLEO CURUCUTU, 1999).

Na Mata Atlântica, mais de 50% de suas árvores (1500 espécies vegetais) são endêmicas (que só ocorrem neste local), o que a transforma na floresta de maior diversidade do globo, com diversidade de fauna e flora inclusive maior que a Amazônia. E por possuir mais de 75% da cobertura original dizimada e ter um grande número de espécies ameaçadas de extinção (cerca de 171 das 202 animais em risco no país), recentemente a Floresta Atlântica foi declarada pela UNESCO, como Reserva da Biosfera (CAPOBIANCO, 2005) passando a ser “um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa, etc.” (PARATY, 2005).

Em todo o Estado de São Paulo restam apenas 1,7 milhões de hectares de Mata Atlântica, pouco mais que 7% da cobertura original que ocupava 81,8% do território paulista (20.450.000 ha). (NÚCLEO CURUCUTU, 1999). Cerca de 80% da área atual de Mata Atlântica, estão localizados no litoral. Parte desta está delimitada em 300 mil hectares

do Parque Estadual da Serra do Mar (maior porção contínua preservada de Mata Atlântica do Brasil), que abrange grande parte do território de todos os municípios do Litoral Norte. (VALE VERDE, 2005).

“Considerando que essa região abriga o último remanescente da biota nativa do Estado de São Paulo e da Região Centro-Sul do país com continuidade e dimensão consideráveis, cumprindo função reguladora da drenagem fluvial e pluvial, impedindo erosão das terras e assoreamento dos rios situados à jusante e representando banco genético de inestimável valor científico, econômico e cultural cuja preservação indispensável” (SÃO PAULO, 1988), foi criado o Parque Estadual da Serra do Mar pelo Decreto nº 10.251, de 30 de agosto de 1977, incorporando uma série de Reservas Estaduais já existente, que foi tombado pelo COMDEPHAAT em 1985 (PARATY, 2005); é a mais extensa Unidade de Conservação do estado. Ele detém a maior parte das nascentes dos rios que vertem para o Atlântico, responsáveis pelo abastecimento de água das populações urbanas do litoral, além das ricas culturas tradicionais - índios e caiçaras. No interior do Parque existem 3 aldeias Guarani: Aldeia Boa Vista, em Ubatuba, Rio Silveira em São Sebastião e Rio Branco, em Itanhaém. (NÚCLEO CURUCUTU, 1999).

Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira (São Sebastião) possui, hoje, cerca de 260 indivíduos, que formam 50 (cinquenta) famílias, que estão divididos em 5 pequenos grupos em 948 hectares de terra. As tradições indígenas são passadas através das gerações. Os índios vivem economicamente do cultivo e comércio da produção artesanal de produtos agrícola, plantas ornamentais e o artesanato indígena. (JORNAL COSTA NORTE, 1999).

O Parque Estadual da Serra do Mar abrange um total de 29 municípios. E ocupa cerca de 70% da área do município (30.115,69 hectares) de São Sebastião. (PORTAL DO LITORAL, 2005).

Para administrar tamanha área, o Parque Estadual da Serra do Mar, que integra a rede de Unidades de Conservação administradas pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, através do Instituto Florestal (SÃO PAULO, 2005), foi dividido em núcleos administrativos dos quais se integram o Núcleo Santa Virgínia, Cunha, Picinguaba, São Sebastião e Caraguatatuba. (CIA DE RAFTING, 2005).

Em 1979 foi incorporado à área original do Parque, o Núcleo Picinguaba, que está localizado em Ubatuba, próximo à divisa com o Estado do Rio de Janeiro, é o único que

atinge o nível do mar, apresentando em sua área tanto ambientes costeiros, de praia, como também, ambientes com alta declividade. (PARATY, 2005).

Desde 1995, o Núcleo Caraguatatuba, com cerca de 88.000 hectares, vem recebendo recursos financeiros, veículos, equipamentos e outras formas de apoio do Projeto de Preservação da Mata Atlântica, projeto que é executado através de uma parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e o banco alemão KfW, no contexto do Programa de Cooperação Financeira Brasil – Alemanha. (SÃO PAULO, 2005).

A edição do Decreto nº49.215, de 07 de Dezembro de 2004, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, representa um marco fundamental para o seu planejamento. (GOLDEMBERG, 2005). Destinando-se, assim a fins científicos, culturais, educativos e recreativos, sem danificar a preservação do mesmo.

O apoio a Educação Ambiental e ao Ecoturismo no Parque vem se intensificando a cada ano, a manutenção das trilhas de visitação, as pesquisas de capacidade de suporte e de carga e a melhoria de informação visual com placas indicativas para orientação dos visitantes. (CIA DE RAFTING, 2005).

## **A EMERGÊNCIA DO TERCEIRO SETOR**

Muito daquilo que estamos acostumados a ver como sendo natural deve-se à luta vitoriosa dos Movimentos Sociais ao longo da história. Entre as maiores conquistas frente a grandes mobilizações podemos citar: a separação entre a igreja e o estado, a eliminação da servidão e da escravidão, proclamação dos direitos universais, separação dos poderes de estado, direitos cidadãos, inclusive o voto universal e igualitário e a liberdade de associação e de reunião. (RUCHT, 2002).

Para um melhor entendimento do funcionamento das sociedades fez-se uma separação desta em setores. O **primeiro setor** é o governo, representando o uso de bens públicos para fins públicos. O **segundo setor** refere-se ao mercado, o setor ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos.

Entende-se por **Terceiro Setor** o conjunto de iniciativas privadas (da sociedade civil) que não visam o lucro como finalidade central, e tem por objetivo principal o de prover

benefícios para toda a comunidade ou grupos sociais específicos, ou seja, são iniciativas que atuam na esfera pública, porém, que não são feitas pelo Estado. Nem empresa, nem governo – têm-se cidadãos participando, de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum.

Terceiro setor pode ser entendido como “aquilo que é público, porém privado ou então, aquilo que é privado, porém publico”. (FERNANDES, 1994). Assemelha-se ao estado, pois tem como objetivo de alvo de atuação o espaço publico, mas diferencia-se por ser uma iniciativa da própria sociedade; e não equivale a iniciativa privada, pois tem como objetivo o benefício social.

São consideradas como pertencentes ao terceiro setor: associações comunitárias; instituições filantrópicas; fundações; igrejas e seitas; organizações sociais; projetos sociais desenvolvidos por empresas; sindicatos. (TEODÓSIO, 2002). São ainda, entidades beneficentes, braços sociais de empresas, institutos, e outras organizações que nascem no seio da Sociedade Civil. (ROTHGIESSER, 2002).

As ONGs (Organizações Não Governamentais) nasceram dos movimentos populares e são organizações formais que foram criadas como forma de potencializar e estabilizar em alto nível a mobilização de recursos dos movimentos.

As ONGs são associações civis, ou seja, surgidas do seio da sociedade, que se une em torno de um interesse comum. Elas são constituídas para fins não econômicos e finalidade não lucrativa, não visam o lucro como objetivo principal, mas sim o benefício da população. O lucro é apenas uma consequência, e, por isso mesmo, não possibilita a remuneração de seus dirigentes; são baseadas no voluntariado, as pessoas acreditam no que fazem e se filiam às idéias e aos projetos, "vestem a camisa" e se dedicam intensamente. (MARTINS, 2000a). Nada impede, contudo, que tenham fins econômicos ou atividades de cunho econômico, mas cumpre saber distingui-las das sociedades comerciais, cuja característica é ter atividade econômica, produzir lucro e dividi-lo entre os sócios. (OBJ, 2005). Uma ONG pode ter atividades de comercialização como fonte de captação de recursos para os fins institucionais, porém, grande parte das organizações vive de financiamentos e doações. (MARTINS, 2000a).

As ONGs são de direito privado, não são governamentais, são criadas pela comunidade civil e são de interesse público, elas têm como objetivo principal o bem estar

da população. Elas são veículos para a participação dos indivíduos em atividades e finalidades de caráter público.

Martins (2000b) resume as ONGs, basicamente, como: a) associações civis, b) sem fins lucrativos, c) de direito privado, d) de interesse público.

A fundação das ONGs é baseada em um estatuto, o qual contém seus objetivos, área e forma de atuação e gestão, o estatuto é um documento importantíssimo, ele é um retrato da organização, a “alma” do que se pretende construir. (MARTINS, 2000b). As ONGs gravitam em torno dos interesses das pessoas que compõem seu quadro societário, os quais participam de forma efetiva na constituição do estatuto. A definição de alguns pontos no estatuto é determinante para que se possa ter uma organização candidata aos certificados de utilidade pública, CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), isenções de impostos e incentivos e o reconhecimento de ser uma OSCIP (lei 9790/99 – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

Para se tornar uma “Entidade Filantrópica” a ONG tem que ser reconhecida pelo CNAS com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que beneficia a entidade com a isenção da cota patronal (INSS), porém nem toda ONG consegue esse certificado. Para conseguir esse reconhecimento, a ONG deve, primeiramente, ser constituída em território nacional e aplicar todos os seus recursos no país e nas próprias atividades da entidade, isso tudo deve estar previsto no próprio estatuto. (ADCONTRE, 2005).

Segundo o Manual Simplificado das ONGs (SOAME, 2005) o termo ONG foi utilizado pela primeira pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 1950. No Brasil, começou a ser utilizado na metade da década de 80, referindo-se exclusivamente às organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares, por exemplo, na área da promoção social. Entretanto, até hoje, muitas organizações continuam sendo movimentos ainda não oficializados.

As ONGs tem um grande potencial transformador devido a algumas características como: maior proximidade com a população, alto potencial mobilizador, compromisso e engajamento em favor de processos de transformação, maior eficácia e eficiência (SOBOTTKA, 2002), maior agilidade e desburocratização; melhor utilização das verbas; desenvolvimento mais profundo da cidadania; soluções a partir da própria comunidade;

rompimento do assistencialismo; geração de emprego e renda e maior controle sobre o estado, cobrando uma atuação direta coibindo a corrupção e avaliando os resultados. (TEODÓSIO, 2002).

As ONGs têm compromissos históricos com a constituição e o fortalecimento de uma esfera pública ampliada, com a participação cidadã e o controle social sobre as políticas públicas. (DURÃO, 1999).

No Brasil, as ONGs que lidam com questões ambientais têm tido um papel efetivo na composição de políticas públicas e geração de iniciativas, mas há ainda uma grande fragilidade institucional das entidades que compõem o movimento ambientalista brasileiro, principalmente por falta de recursos, pessoal especializado, entre outros fatores. Assim, muitas destas ONGs têm trabalhado com base no amadorismo e no voluntariado.

De acordo com o Censo de outubro de 1993, o Brasil possui mais de 5 mil ONGs, o dobro do número que possuía a dois anos atrás (CARVALHO, 2003), pois a Rio-92 representou um avanço muito grande em relação a importância das ONGs no cenário nacional, o que incentivou a criação de muitas instituições, sejam ligadas a área ambiental, como qualquer outra área.

Segundo Sorrentino (1998) as ONGs brasileiras podem ser classificadas em 6 grupos, conforme o tamanho da entidade, a sustentabilidade e os ativistas destas ONGs. Elas podem, então, ser divididas em: ONGs em **extinção**, que mantêm cadastros, mas sem nenhum tipo de atuação; as **personalizadas** são aquelas que apenas um indivíduo responde pela organização; as **pequenas** que foram criadas com determinados objetivos, não possuem funcionários permanentes e trabalham mais em nível local; as **médias** que possuem alguns funcionários permanentes e sua subsistência depende do êxito e do fracasso de suas campanhas e vendas de seus projetos; as **grandes** que possuem um número maior de funcionários permanentes, possuem boa infra-estrutura e trabalham em projetos de alcance nacional e as **internacionais** que atuam em âmbito nacional, contam com profissionais qualificados e funcionam como filiais de ONGs internacionais, trabalhando mais na formulação de políticas do que em ações locais.

São várias as funções exercidas pelas ONGs atualmente. De modo geral, elas trabalham com denúncia, educação e formação, advocacia, pesquisa e conhecimento, monitoramento e fiscalização, implementação de projetos, assessoria, disseminação e

multiplicação de idéias e práticas de atuação, formação de “quadros”, entre outras. (BORN, 2003).

A população brasileira se posiciona, em relação às ONGs, em torno de dois eixos: o primeiro com uma visão extremamente favorável quanto ao papel destas devido às atividades de voluntariado e investimento social de empresas na modernização das políticas públicas; e uma outra concepção negativa, centrada na idéia de que a crescente atividade de organizações filantrópicas e assistencialistas, voluntários e empresas na área social teria como pano de fundo uma retirada gradativa do Estado da provisão de direitos sociais básicos à população e a imposição de agendas de organismos e ONGs internacionais aos países periféricos. (TEODÓSIO, 2002).

Porém, a maioria dos brasileiros tem “simpatia” pelas ONGs ambientais. Resultados obtidos tanto em pesquisa recente<sup>2</sup> como em pesquisas anteriores<sup>3</sup> mostram que a grande maioria dos brasileiros apóia o trabalho das organizações que atuam na defesa do meio ambiente. Além do apoio popular, há recursos para a área e pessoas dispostas ao trabalho voluntário, considera Sorrentino (1998).

A discussão mais significativa no Brasil envolve a questão do uso de dinheiro público na forma de renúncia fiscal (utilização de isenções de impostos para incentivar doações e projetos sociais). Há no Brasil algumas empresas que utilizam essa característica como escudo para grossa sonegação de impostos. Essa prática ficou conhecida como "pilarantopia", gerou fortunas e criou mais privilégios.

Está definido na Constituição que entidades sem fins lucrativos ficam isentas de pagar à Previdência sua parte sobre o salário dos funcionários, o que gera enormes brechas para sonegar. Algumas grandes empresas conseguiram esse certificado de filantropia, permitindo que alguns empresários mal-intencionados embolsassem os ganhos.

---

<sup>2</sup> Na introdução, há uma referência à pesquisa conduzida pelo Instituto Vox Populi, divulgada pelo Ministério de Meio Ambiente em maio de 2006.

<sup>3</sup> Trata-se de um estudo longitudinal, isto é, replicado desde 1992, sempre realizado conjuntamente pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ISER – Instituto de Estudos da Religião, ONG que existe desde 1971 - sediada no Rio de Janeiro. É a pesquisa nacional mais completa sobre temas ambientais e inclui dois estudos a cada rodada – um quantitativo com a população e um qualitativo com lideranças. Foram realizados sucessivamente em 1992, 1997, 2001 e agora em 2006. Os 3 *surveys* anteriores foram realizados pelo IBOPE e as qualitativas pelo ISER. O questionário aplicado a cada rodada sempre foi atualizado – de modo a incorporar novos temas – mas parte dele permanece igual para se estabelecer comparações.



O governo federal, com a Lei 9250/95, de 1995, tentando corrigir a situação, quase caiu no exagero, eliminando quase todo tipo de renúncia fiscal. Praticamente, só se pode abater do IR doações para iniciativas culturais com base na chamada Lei Rouanet (doações de pessoas para universidades, creches ou orfanatos não podem ser deduzidas do imposto a pagar). O máximo que se permite é que as empresas abatam apenas 2% do seu lucro.

Porém, se bem fiscalizada não há por que temer a renúncia fiscal. A capacidade de uma fundação de uma empresa transformar esse benefício em prol dos carentes pode ser mais eficaz que a do poder público. Nos Estados Unidos, os americanos doam o equivalente a 300 bilhões de reais graças aos incentivos de que dispõem. "A isenção tem um efeito multiplicador", acredita o ex-empresário da indústria de brinquedos Oded Grajew, hoje um líder setorial das organizações sem fins lucrativos. "Com a possibilidade de desconto do imposto, o indivíduo doa três vezes mais do que doaria. As isenções fiscais têm sido a mola propulsora da filantropia americana". (FRANÇA e CARNEIRO, 1999).

Segundo os autores, o Brasil está mudando para melhor nesse campo. O governo não tem sido capaz de dar conta de todas as demandas sociais existentes. As pessoas incomodadas com a pobreza estão esperando menos do governo e arregaçando as mangas. É isso que vem fazendo crescer enormemente o número de organizações sem fins lucrativos.

Este segmento no Brasil representa hoje 1,5 % do PIB e emprega 1,3 milhões de pessoas nas 260.000 entidades legalizadas que se distribuem nas áreas de educação, saúde, assistência social, defesa dos direitos humanos, meio ambiente, minorias étnicas e fortalecimento institucional da sociedade civil. Considerando que, em média, este setor nos países desenvolvidos representa 5% do PIB pode-se perceber a oportunidade de crescimento deste setor em prol do desenvolvimento social. (FLORES, 2005).

Porém, a atual legislação que qualifica a Utilidade Pública, ainda determina que os dirigentes das entidades beneficiadas não podem receber remuneração alguma, e reconhece apenas as organizações que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Isto acabava lançando as ONGs em um círculo vicioso e pouco produtivo baseado no amadorismo e na fuga dos profissionais capacitados. A falta de uma boa equipe e o entrave ao acesso a recursos públicos levam, em algumas situações, à extinção de muitas entidades. (INTERSET, 2005).

Deste modo, as organizações continuam sendo, em grande parte, movimentos ainda não oficializados. Há um entendimento social de que ONGs são entidades que as pessoas se vinculam por identificação pessoal com a causa que elas promovem.

Conforme as diferentes interpretações que os indivíduos e os grupos têm das organizações nas quais desenvolvem suas atividades, o discurso oficial que oferecem, e a imagem que a sociedade tem delas, Carvalho (2000) propõe agrupá-las e ordená-las em organizações: **conservadoras** – que compreendem a realidade tal como se apresenta, sem questioná-la ou tentar mudar os valores dominantes; **moderadas** – que interpretam a realidade de acordo com critérios que não estão claramente definidos, postulando mudanças comportamentais através da educação, sem, porém desejar mudar a estrutura dominante; **questionadoras** – que são caracterizadas por atitudes pró-ativas, através da denúncia de contradições e da proposição de novos valores e da indicação de alternativas; ou **transformadoras** – que interpretam a realidade através de uma perspectiva própria e contrária à visão dominante, a partir do que propõem alterações concretas do sistema.

### **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**

Há alguns anos o Ministério da Justiça lançou de uma nova qualificação para as ONGs: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Iniciativa esta, que veio para fortalecer a sociedade civil. A Lei 9.790, de 23 de março de 1999 foi discutida e elaborada durante reuniões realizadas entre 1997 e 1998, nas quais governo e sociedade discutiram temas importantes para uma estratégia de desenvolvimento social.

Pela primeira vez, o Estado reconhece a existência de uma esfera pública em emersão, que é pública não pela sua origem, mas pela sua finalidade, ou seja, é pública mesmo não sendo estatal.

O maior objetivo desta reforma é o “empoderamento” das populações, através do crescimento do Terceiro Setor, para aumentar a sua possibilidade e capacidade da comunidade influir nas decisões públicas, buscando, assim, agilizar o processo de desenvolvimento do país. (FRANCO, 2001).

A Lei 9.790/99 introduz uma nova concepção de esfera pública social, que possibilita firmar parcerias entre Estado e sociedade civil (CARDOSO, 2001), regulando essas relações e tornando esse processo mais rápido e desburocratizado e ampliando a área de

atuação do chamado Terceiro Setor. (INTERSET, 2005). Essa Lei das OSCIPs parte da idéia de que o público não é monopólio do Estado, ela permite a incorporação das organizações de cidadãos na elaboração, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização de políticas públicas governamentais.

Isso não significa que o Estado esteja renunciando a cumprir o seu papel constitucional e nem que o Estado esteja terceirizando suas responsabilidades. A Lei reconhece que o olhar público da Sociedade Civil detecta problemas, identifica oportunidades e vantagens colaborativas, descobre potencialidades e soluções inovadoras em lugares em que Estado não pode, não deve e não consegue penetrar.

É um primeiro passo para que a Sociedade Civil alcance sua maioria política, é o caminho para sua emancipação. Através desta lei várias entidades passam a buscar sua consolidação e legitimação, pelo seu reconhecimento como sujeito político e ator social, assim, passam a ser reconhecidas cerca de duas dezenas de finalidades públicas, que permaneciam na ilegalidade.

Até a promulgação da Lei 9.790/99, o Estado só reconhecia três finalidades para as organizações do Terceiro Setor: saúde, educação e assistência social. Agora são reconhecidas as organizações que se dedicam à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, além de defesa dos direitos de grupos específicos da população, ao trabalho voluntário, à proteção ao meio ambiente, à concessão de microcrédito, dentre outras. (BRASIL, 2001). Assim, cerca de 90% das organizações que eram excluídas de qualquer reconhecimento institucional e não tinham condições de se manter com um mínimo de sustentabilidade, passam a ser reconhecidas oficialmente.

Essa nova legislação é fundamental para a profissionalização das entidades de interesse público, já que permite a remuneração da diretoria, embora tenha tido o cuidado de não a torná-la obrigatória. Pondo, assim, um fim a uma hipocrisia institucionalizada, que vigora há décadas no país: os verdadeiros dirigentes das organizações se passam por funcionários, colocando “laranjas” nas diretorias de suas entidades. (FRANCO, 2001).

Toda essa mudança ocorreu, pois a Lei 9.790/99 definiu o termo “sem fins lucrativos” como a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados eventuais excedentes. (BRASIL, 1999a). Porém, a remuneração para os dirigentes da entidade, que de fato trabalham na direção da instituição ou lhe prestam

serviços específicos, deve constar do estatuto da OSCIP, desde que respeitados os valores praticados no mercado da região correspondente de sua área de atuação.

Outra vantagem trazida pela Lei 9.790/99 é em relação ao Termo de Parceria, que é um acordo de cooperação onde o governo entra com o dinheiro e as entidades com execução do empreendimento. Através deste Termo de Parceria o Estado pode se associar a uma OSCIP para a consecução de ações de interesse público, sem as inconveniências dos convênios. Ele é um mecanismo mais inteligente, mais sustentável e inclusive mais legítimo do que os velhos mecanismos de financiamento indireto ainda utilizados (convênios). (FRANCO, 2001).

Assim, o governo pode escolher o parceiro mais adequado, do ponto de vista técnico, e mais desejável, dos pontos de vista social e econômico, além de favorecer a publicidade e a transparência.

A escolha da OSCIP para a celebração de Termo de Parceria pelo órgão estatal poderá ser feita por meio de concurso de projetos. Embora não seja obrigatório, o concurso de projetos representa uma forma mais democrática, transparente e eficiente de escolha. Porém, um órgão do governo pode contratar uma OSCIP de sua preferência, sem ter que prestar contas ou justificativa pela sua escolha. Porém, o monitoramento e a fiscalização da execução do Termo de Parceria é dever do órgão estatal parceiro. (BRASIL, 2001).

O sistema de parcerias com as OSCIPs, embora tenha trazido benefícios à sociedade, contem brechas usadas por algumas entidade inidôneas para desviar dinheiro público (MENDES, 2004). Porém, segundo a cientista Simone Coelho: “Pilantragem há em todas as áreas da sociedade. Entre as ONGs, representa menos de 10%” (*apud* MANSO, 2004). Franco (2001) ainda afirma que a imensa maioria das organizações do Terceiro Setor é séria, honesta, não vive de dinheiro público.

O que dificulta o desvio de dinheiro por parte das OSCIPs é a obrigatoriedade da criação de Conselhos Fiscais, a publicação de relatórios de atividades e as demonstrações financeiras. Além de que, qualquer cidadão pode requerer, em qualquer momento, a vistoria das planilhas de aplicação dos recursos afastando qualquer possibilidade de má utilização dos recursos públicos. (INTERSET, 2005). Assim, o título de OSCIP é submetido ao questionamento público. Por lei, qualquer cidadão pode requerer judicial ou administrativamente a cassação do título de OSCIP de uma organização.

As entidades que já possuem algum tipo de qualificações e desejarem a qualificação de OSCIP poderão fazê-lo. No início da Lei 9.790/99 foi dado um prazo de “convivência” dessas qualificações, durante o qual as entidades poderão acumular a qualificação como OSCIP e a Declaração de Utilidade Pública Federal e/ou o Certificado de Fins Filantrópicos. Após dois anos, contados a partir da data de vigência da Lei 9.790/99 – ou seja, após março de 2001 - a entidade que possuía alguma daquelas qualificações e também a de OSCIP deveria optar por uma delas (OSCIP ou Utilidade Pública/Fins Filantrópicos).

No Entanto, a Lei das OSCIPs traz algumas desvantagens para algumas entidades que já possuem o Certificado de Fins Filantrópicos, estas, então, devem pensar bem antes de aderir ao novo sistema. Atualmente, enquanto outras vantagens ainda não foram aduzidas às entidades reconhecidas como OSCIPs e enquanto os governos não se engajarem na celebração de Termos de Parceria, as 6.614 entidades filantrópicas - que constituem menos de 3% do total das Organizações do Terceiro Setor existentes no país - terão desvantagens se optarem por ser OSCIPs (FRANCO, 2001). Pois, qualquer entidade sem fins lucrativos, independentemente de qualquer qualificação, segundo a Lei 9.532/97, possui incentivos fiscais, como isenção do Imposto de Renda, desde que não remunerem seus dirigentes.

Um avanço, porém, para as OSCIPs veio com a Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, que em seus artigos 59 e 60, estendeu às OSCIP's a possibilidade de receberem doações dedutíveis do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. (SNJ, 2005). Desta forma, as empresas podem contribuir com as causas sociais tendo, além do retorno de imagem, a possibilidade de abater até 2% de sua receita bruta. (INTERSET, 2005).

Para se entender melhor quais as exigências e as vantagens desta qualificação de OSCIP, o “Jornal O Estado de São Paulo” trouxe em um encarte especial sobre as ONGs apresentando a seguinte tabela:

Tabela 01: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)

Requisitos	Vantagens
.Dedicar-se a pelo menos a uma das seguintes áreas: assistência social, saúde gratuita, educação, cultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, combate à pobreza, sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, cidadania, direitos humanos, democracia, pesquisas, tecnologia ou ciência.	.Isenção de imposto de renda, da Contribuição ao Fundo de Investimento Social (Cofins) e da contribuição sobre o Lucro Líquido.
.....	.....
.Prestação de contas dos gastos do dinheiro público.	.Podem remunerar seus dirigentes e prestadores de serviço, que gozam de isenção do imposto de renda.
.....	.....
.Balanço patrimonial assinado por contador.	.Podem firmar termos de parceria com o Estado, não sujeitos à Lei de Licitações.
.....	.....
.Declaração de isenção de imposto de renda.	.As empresas que fazem doações às OSCIPs deduzem até 2% do imposto de renda sobre seu lucro.
.....	.....
Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.	.Podem receber bens apreendidos pela Receita Federal.
.....	.....
.....	.Se tiverem o título de Utilidade Pública Federal, podem receber doações de União e receitas das loterias federais, além de realizar sorteios.

FONTE: O Estado de São Paulo. 29/08/04, p. H3.

### ONGs Ambientalistas: Polêmicas Sobre o Seu Funcionamento

As ONGs dedicadas a proteção da natureza estão cada vez mais numerosas e ativas. De acordo com o Censo de outubro de 1993, o Brasil possui mais de 5 mil ONGs, sendo 40% destas as chamadas "organizações ecológicas", que estão cada vez mais numerosas e atraem cada vez mais simpatizantes. (CARVALHO, 2003).

Para Carvalho (2003), estas entidades podem ser divididas em **conservacionistas**, **desenvolvimentistas** e de **defesa dos direitos humanos e das minorias**. Estas organizações esbarram em uma série de dificuldades que restringem o desenvolvimento de projetos ambientais no Brasil, como a falta de suporte financeiro (incluindo logístico e técnico); de estrutura dos projetos (monitoramento e avaliação) e de integração e cooperação entre instituições.

Nos Estados Unidos, as ONGs possuem uma maior visibilidade no cenário nacional e não há tantas barreiras burocráticas para que sejam feitas doações a estas entidades como ocorre no Brasil, com isso, segundo dados de França e Carneiro (1999), enquanto que no Brasil as doações para qualquer tipo de entidade filantrópica, sejam elas ecológicas ou não, recebem por ano cerca de 12 bilhões de reais, nos Estados Unidos essa quantia chega a 300

bilhões de dólares, e, em 2001, as doações, nos Estados Unidos, para entidades ecológicas chegaram a 6,4 bilhões de dólares. (SOS TERRA VIDA, 2005).

Mesmo com toda essa dificuldade, os projetos para a proteção de espécies ameaçadas, por exemplo, tem demonstrado ser uma grande oportunidade para estimular a mudança de atitude com o ecossistema como um todo, visto que a evolução da Educação Ambiental no Brasil, pelos meios formais de ensino, ainda é muito tímida. Então, sem a contribuição das ONGs, a Educação Ambiental no Brasil permaneceria inerte. (CARVALHO, 2003).

No Litoral Norte do estado de São Paulo, segundo Antônio (2005), as ONGs ambientalistas são, hoje, mais de 30 regularmente registradas. Para este autor, elas têm, em comum, a inserção do homem em seu meio, considerando todas as suas características sócio-culturais. Além desse crescimento do número de ONGs, cresceu também a qualidade das propostas e a quantidade de trabalhos realizados por estas entidades.

Com todas as polêmicas levantadas quanto ao funcionamento das ONGs e a existência de “falsas” ONGs, chamadas de “pilantrópicas”, em 2002 instalou-se a CPI das ONGs. O relatório final da CPI das ONGs de dezembro de 2002 conclui que esse universo “enorme e variado, em sua maioria esmagadora, atua legalmente, de boa fé e presta bons serviços”. Ele ainda afirma que os procedimentos e instrumentos legais e administrativos para controle desse segmento, por parte do poder público, são “débeis, díspares e confusos” (CICONELLO e MORAES, 2005), porém os depoentes de diversas ONGs afirmam que não foi levado em conta tudo que foi falado nos depoimentos.

Quanto à fiscalização das ONGs, estas devem obrigatoriamente prestar informações à diversos órgãos públicos, como a DIPJ (Declaração de Informações da Pessoa Jurídica) que deve ser prestada anualmente à Receita Federal; a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) que deve ser entregue anualmente ao Ministério do Trabalho, além de que qualquer alteração estatutária ou eleição de novos dirigentes deve ser informada ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Além disso, as fundações são “fiscalizadas” pelo Ministério Público.

A prática de uma verdadeira “terceirização” (Termo da Parceria - Lei das OSCIPs) implementada pelo governo federal tem provocado, segundo os autores citados, distorções e confusões no papel dos diversos atores sociais, deixando de exercer o seu papel de monitorar e exigir melhoramentos nos serviços públicos. É uma prática regular e na maioria

das vezes incentivada pelo poder público, pois permite uma redução de “custos” na execução das políticas sociais.

No que diz respeito a instituições estrangeiras atuando no Brasil, para que uma associação civil ou fundação estrangeira funcione no país, através de criação de filiais ou agências, é necessária autorização do governo brasileiro, a qual se dará mediante a aprovação dos seus estatutos (ou atos constitutivos, nos termos do art. 11º, parágrafo 1º da Lei de Introdução ao Código Civil) pelo Presidente da República.

Além de que, “quando alguma ONG estrangeira requer autorização de funcionamento no Brasil, a praxe do Ministério da Justiça é consultar o Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre as atividades da requerente no país de origem, sua legalidade e conceito, além de manifestações sobre a idoneidade da organização. Ao Departamento de Polícia Federal é feita uma consulta sobre os elementos componentes da diretiva da organização” afirmou Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, *apud* Ciconello e Moraes, 2005.

Contudo, ao final da CPI, foi declarado que pouquíssimas ilegalidades foram encontradas e na quase totalidade dos casos, o trabalho investigativo não conseguiu comprovar as supostas irregularidades denunciadas.

## **O Trabalho Voluntário**

O trabalho voluntário não é novo. De fato é muito antigo. Poderíamos resumi-lo como uma relação de trabalho com características de doação, doação de serviços.

As ONGs, assim como todo o Terceiro Setor sempre trabalharam com o conceito de voluntariado, as pessoas acreditam no que fazem, se filiam às idéias e aos projetos, "vestem a camisa" e se dedicam intensamente. (MARTINS, 2000a).

O voluntariado é baseado em dois elementos fundamentais: igualdade de condições entre as partes contratantes, e a plena liberdade de cada parte para contrair obrigações face à outra. (MARTINS, 2005).

Segundo França e Carneiro (1999), cerca de 16% das pessoas com mais de 18 anos são voluntárias de projetos sociais em todo o país (sendo a média internacional de 10%). Ou seja, uma massa de 12 milhões de brasileiros trabalha de graça para ajudar o próximo. O trabalho voluntário no Brasil vêm crescendo de forma exponencial, principalmente pelo fato do governo vir criando programas que incentivam o voluntariado, como é o caso do



“Amigos da Escola”; e do crescente volume de empresas privadas que lançam projetos de incentivo ao trabalho voluntário por parte de seus empregados, o chamado “Voluntariado Corporativo”.

Porém, para as instituições de linha caritativa-assistencialista, os voluntários representam desprofissionalização dos quadros técnicos e inconstância de trabalho. Segundo os entrevistados, a rotatividade, o absenteísmo e a impontualidade dos voluntários são bastante freqüentes, acarretando problemas ao atendimento adequado da população assistida. (TEODÓSIO, 2002).

Com isso, o aumento da mobilização de voluntários vem acompanhado de uma crescente perda de credibilidade das instituições.

Os desafios do papel do voluntariado, como instrumento de construção da cidadania no Brasil, estão relacionados ao fato de que a solidariedade social estar mais enraizada entre as camadas mais pobres da população brasileira (LANDIM e SCALON *apud* TEODÓSIO, 2002); parece, então, haver uma relação inversa entre posse de recursos e disposição à ação voluntária.

O voluntário dos anos noventa representaria uma cidadania exercida apenas no que interessa, no momento em que é mais conveniente aos voluntários, nos problemas sociais que mais mobilizam as classes média e alta e, motivada, não por vontade de mudança social e política, mas, sobretudo por necessidade de bem-estar e reconforto espiritual do próprio indivíduo voluntário. (TEODÓSIO, 2002).

Porém, Martins (2005) afirma que bastava que o voluntário se indispusse com um dos responsáveis pela organização para entrar na Justiça do Trabalho e o caso virar uma armadilha com resultados imprevisíveis.

Assim, visando dar publicidade e segurança nas relações entre as entidades e os voluntários, a Lei 9.608/98 criou o “Termo de Adesão”, que é um instrumento ou contrato mediante o qual a entidade formaliza a relação com o voluntário.

É uma declaração na qual o voluntário se compromete a prestar serviços a certas entidades podendo essa se beneficiar do cumprimento da obrigação voluntária ou não.

O serviço voluntário é definido pela Lei como o trabalho realizado por pessoas físicas, não remunerado, sem gerar nenhum tipo de vínculo empregatício, obrigações

trabalhistas, previdenciárias ou afins, eximindo as entidades de obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Essa lei ficou restrita às entidades sem fins lucrativos e às entidades públicas. Não há impedimentos para que alguém se comprometa a trabalhar sem ser remunerado, desde que essa opção seja exercida em plena igualdade entre as partes e plena liberdade de se contratar.

Contudo, a lei 10.748/03 (lei do primeiro emprego) alterou a lei 9.608/98 criando a possibilidade de remuneração fixa. Assim, “O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que, comprovadamente, realizar no desempenho das atividades voluntárias. Fica a União autorizada a conceder auxílio financeiro (R\$ 150,00) ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a 24 anos integrante de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. É vedada a concessão do auxílio financeiro a que se refere este artigo ao voluntário que preste serviço a entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, bem como ao beneficiado pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE”. (MARTINS, 2005).

Porém, nem sempre a pura vontade de ajudar é suficiente. É preciso saber como fazê-lo ou ter um exemplo. Atualmente a maior preocupação das organizações sem fins lucrativos é a profissionalização da sua atividade. “Não adianta tentar se a ação não for organizada e com pessoal qualificado para isso”, ensina Viviane Senna, hoje uma das principais líderes desse tipo de trabalho. (FRANÇA e CARNEIRO, 1999).

Para sanar este problema, atualmente existe a Lei das OSCIPs que possibilita a remuneração dos seus funcionários. Mas as organizações menores e com menos recursos ainda dependem da boa vontade de seus colaboradores.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NÍVEIS E FORMAS DE ATUAÇÃO**

Desde o primeiro momento em que os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor e a ensinar seus filhos a fazerem o mesmo, estava havendo educação e Educação Ambiental. Os povos nativos, por exemplo, desenvolveram uma percepção sofisticada dos sistemas naturais que os rodeiam e um profundo respeito por eles, passando

esse conhecimento e respeito de geração em geração. Com o passar do tempo, mudaram as razões subjacentes e os modos de fazer isso.

Inicialmente, essa relação com o meio ambiente estava mais ligada à própria sobrevivência. Tratava-se de uma relação que dizia respeito a como viver num mundo cuja natureza era externa e mais poderosa do que os homens, que os afetava mais do que era afetada por eles. Assim, todos precisavam saber quais frutos serviam para comer, onde encontrar água durante a seca, como evitar onças, que plantas serviam como material de construção, quais serviam para fazer fogo ou eram utilizadas como remédio. O conhecimento ambiental era também necessário para a proteção contra os ataques da natureza e para o aproveitamento das suas riquezas.

Com a urbanização e evolução da civilização humana, a percepção do ambiente mudou drasticamente. A natureza passou a ser conhecida para que fosse dominada e explorada. O estudo do meio ambiente tornou-se, ou uma ciência prática de extração de recursos, ou um estudo do mundo natural; nesses dois casos, a natureza era considerada como algo separado e inferior à sociedade humana.

Ao ser introduzida na educação formal, a Educação Ambiental passou a ser trabalhada como tópicos de muitas disciplinas, mais especialmente nas ciências da natureza, sendo que o meio ambiente era utilizado como expediente pedagógico que possibilitava o envolvimento ativo dos alunos. Havia uma esperança de que todas as ciências interligadas fossem compor um quadro completo de como o planeta funciona e de como os seres humanos podem interagir com ele de maneira proveitosa.

Porém, o volume de informações a ser aprendido em cada ciência cresceu e as pessoas eram obrigadas a se especializarem cada vez mais, impossibilitando a tão sonhada interligação de disciplinas. Além do mais, no fim dos anos 60 muitos problemas ambientais, como a poluição do ar, a desertificação, desaparecimento de lagos e erosão dos solos, tomavam dimensões grandiosas. Esses problemas não se encaixavam em projetos educativos ou disciplinas científicas isoladas; o conhecimento integrado tornou-se, então, necessário para proteger a natureza e corrigir os erros ecológicos. (SÃO PAULO, 1997). Os riscos ambientais, desastres ecológicos, noções sobre a importância dos recursos naturais e os prejuízos causados pela poluição foram introduzidas nos livros didáticos. (TOMAZELLO e FERREIRA, 2001).

Um movimento ambientalista foi se consolidando em várias partes do mundo, o que contribuiu para o crescimento da consciência ecológica, que ganha cada vez mais consistência política.

Seguindo essa onda ambientalista, em 1972 foi realizada em Estocolmo a Conferência Mundial de Meio Ambiente da ONU que identificou a Educação Ambiental como um dos elementos mais vitais para o enfrentamento da crise mundial do meio ambiente.

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, realizada em 1977, definiu a Educação Ambiental como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação. A educação deveria estar mais orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente pela formação de profissionais especializados. A Educação Ambiental deveria constituir uma educação permanente, para a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando a população conhecimentos técnicos e também competências e habilidades necessárias para uma melhoria das condições de vida, com uma mudança nos valores éticos. A Educação Ambiental deveria ser levada a todas as pessoas, independente da idade, e onde elas estivessem, para que enfrentassem os problemas ambientais sofridos por estas, exercendo sua cidadania. A interdisciplinaridade aparece como uma prática pedagógica ideal para a Educação Ambiental que tem por base as ciências naturais e sociais.

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) a Educação Ambiental foi considerada como a transmissão de conhecimentos e informações na forma de instrumentos, articulados à sensibilização, participação e responsabilidade, assim, garantindo atitudes e comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Nesse mesmo encontro ocorreu o Fórum Internacional das ONGs que pactuaram o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, com a participação da sociedade civil organizada em entidades ambientalistas. A Educação Ambiental é definida como transformadora que convoca as populações a assumir responsabilidades, individual e coletivamente para cuidar do ambiente local, nacional e planetário. Afirma, também, que a interdisciplinaridade é de fundamental importância para que a educação possa assumir seu papel na construção de sociedades sustentáveis pela promoção do pensamento crítico e inovador dos sujeitos/educandos, respeitando a

diversidade cultural e promovendo a integração entre as culturas. Considera que a Educação Ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida. (TRATADO DAS ONGS, 1992).

Para Reigota (1997), a Educação Ambiental deve procurar estabelecer uma "nova aliança" entre a humanidade e a natureza, que estimule a ética nas relações econômicas, políticas e sociais.

A Educação Ambiental propõe novos modelos de relacionamentos mais harmônicos com a natureza, novos paradigmas e novos valores éticos. Adota posturas de integração e participação, em que cada indivíduo é estimulado a exercitar sua cidadania. A Educação Ambiental aparece como um despertar de uma nova consciência solidária. (SÃO PAULO, 1997). Assim, a Educação Ambiental não pode ser restrita ao resgate do meio ambiente. Ela deixou de ser uma educação para a natureza que está lá fora, para ser uma educação da mente, preparar o ser humano para viver bem, integrado com o meio ambiente. (GADOTTI, 2003).

Há muitas maneiras de definir a Educação Ambiental, conforme a tendência paradigmática que ela se apóia e seus objetivos pedagógicos. Assim, ela pode ser considerada como a preparação de pessoas para sua vida enquanto membros da biosfera; como o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade; pode significar aprender a ver o quadro global que cerca um problema específico (sua história, seus valores, percepções, fatores econômicos e tecnológicos, e os processos naturais ou artificiais que o causam) para sugerir ações para saná-lo; é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável; ou, ainda, é a aprendizagem de como empregar novas tecnologias, aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes, conhecer e utilizar novas oportunidades e tomar decisões acertadas. (SÃO PAULO, 1997).

A Educação Ambiental tende a instigar o indivíduo a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais da coletividade; estimular uma visão global e a crítica das questões ambientais; promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes; possibilitar um conhecimento interativo através do intercâmbio/debate de pontos

de vista; propiciar um auto-conhecimento que contribua para o desenvolvimento de valores (espirituais e materiais), atitudes, comportamentos e habilidades. (SORRENTINO, 1997). É uma forma ética de vida em sociedade, respeitando o espaço coletivo; e assim é compreendida como atitude de vida, de mudança de valores.

A Educação Ambiental deve desenvolver hábitos, atitudes e comportamentos de repensar seu processo de desenvolvimento, corrigindo distorções e propondo inovações que garantam melhores condições de vida para todos, sem comprometer as condições ambientais. Deve traçar uma correlação entre as questões ambientais e o desenvolvimento científico e tecnológico. A Educação Ambiental é fundamentalmente uma educação para a resolução de problemas. Ela é necessária para o gerenciamento criterioso do binômio economia/ambiente. Sociedade e natureza interagem afetando-se mutuamente, porém, ambas são vitalmente importantes; crescem ou desaparecem juntas. É necessário compreender isso para promover ações que respeitem a viabilidade, estabilidade e produtividade, tanto da sociedade humana como dos sistemas naturais nas suas milhares de interações. (SÃO PAULO, 1997).

Para Carvalhosa (2005), a Educação Ambiental passa, obrigatoriamente, por algumas fases: Sensibilização; Mobilização; Informação e Ação. Porém, nenhuma das fases pode ser desenvolvida isoladamente ou de modo linear. E passa, necessariamente, por uma mudança radical de atitudes e hábitos pessoais. Deve ir além dos aspectos técnicos e considerar também os aspectos sociais e políticos envolvidos, que resgatem uma visão ampla dos problemas ambientais que não fiquem restritos aos elementos naturais do meio ambiente, mas também envolvam os elementos construídos e todos os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos inter-relacionados.

Para Sathler (1998), é bem mais provável que as mudanças de conduta em nossa sociedade ocorram horizontalmente, do que em fórmulas prontas advindas verticalmente de cima para baixo. A mobilização de determinada comunidade em prol de mudanças locais é condição para que elas ocorram, ao invés de megaprojetos prontos e acabados instalados nesta comunidade sem um envolvimento e maior participação desta mesma comunidade.

Atualmente, um tema muito abordado em Educação Ambiental é o turismo sustentável, ou ecoturismo, também conhecido como “turismo ecológico”, que é um dos segmentos turísticos que mais cresce no mundo. Os motivos deste crescimento são muitos,

e entre eles, com grande relevância, está sua relação com a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A EMBRATUR em 1994 definiu ecoturismo como sendo “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”. E, ainda, as operadoras de turismo definem o ecoturismo como “toda atividade realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas”. (SATHLER, 1998).

### **A Lei da Educação Ambiental**

Em comparação a países desenvolvidos, a Educação Ambiental no Brasil, em termos de legislação, se deu tardiamente. Somente em 27 de abril de 1999 foi decretada a lei 9.795 (BRASIL, 1999b), que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A lei afirma que “a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Educação Ambiental é considerada uma forma abrangente de educação. É através dela que o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Que é considerado bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, e deve ser um componente essencial e permanente da educação nacional.

Segundo a lei 9.795/99 todos têm direito à Educação Ambiental, e é função: do Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino; das instituições educativas inserirem a temática ambiental no currículo escolar; dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de Educação Ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; dos meios de comunicação de massa disseminar informações e práticas educativas sobre meio ambiente; das instituições públicas e privadas, promover a capacitação dos trabalhadores; e responsabilidade da sociedade como um todo.

Segundo Cristina (1999) os princípios da Educação Ambiental no país são vários. Deve-se ter um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo. A concepção de meio ambiente deve ter um enfoque de sustentabilidade; deve-se levar em conta o pluralismo de ideais e concepções pedagógicas. O objetivo deve ser a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; e o reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

A Educação Ambiental deve manter o enfoque na resolução de problemas concretos da comunidade, com uma visão interdisciplinar dos problemas do meio ambiente e participação da própria comunidade na resolução destes com uma orientação para o futuro.

Seus princípios são, de acordo com Carvalhosa (2005):

A. considerar o meio ambiente como um todo levando em conta o ambiente natural, o construído e as inter-relações;

B. ter como base o pensamento crítico e inovador, questionando o modelo de desenvolvimento atual;

C. ser um processo contínuo e permanente;

D. insistir no valor e na necessidade de cooperação local;

E. considerar os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento, e conciliar desenvolvimento com proteção do meio ambiente;

F. destacar a complexidade dos problemas ambientais;

G. utilizar diversos ambientes educativos e métodos.

Os objetivos da Educação Ambiental são: proporcionar a conscientização, através da sensibilização por questões ambientais; possibilitar o conhecimento através da diversidade de experiências e compreensão; mudar comportamento levando as pessoas a participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente; desenvolver habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais; e possibilitar as pessoas a participarem ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.

A Educação Ambiental se move em torno de alguns princípios básicos: como a idéia de igualdade entre as diversas pessoas e culturas; o da possibilidade de transformações humanas e sociais; a interdependência que existe no mundo percebendo que o planeta é um sistema fechado, e que um desastre ecológico não respeita as fronteiras entre os países, o que se faz em uma parte do mundo acaba afetando outra; valorizar a diversidade cultural



como elemento fundamental da biodiversidade e sempre lembrar que a educação é um direito de todos. (NOVO, 1996).

Segundo a Lei nº 9.795/99, todos têm direito à Educação Ambiental e ela tem três níveis de atuação: a Educação Ambiental Formal ou escolar; a Educação Ambiental Não Formal e a Educação Ambiental Informal.

Qualquer que seja o nível de atuação em Educação Ambiental, Cristina (1999) afirma que deve incluir a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a produção e divulgação de material educativo.

Para Gadotti (2003) o uso da terminologia Formal e Não Formal é errado, porque a educação chamada extra escolar ou não formal, também é muito formalizada.

Porém, o que é realmente importante em qualquer programa ou projeto de Educação Ambiental, seja no campo da formalidade ou informalidade, é a aplicação de um enfoque interdisciplinar aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina ou tema abordado, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada, tornando-se imperativa a cooperação/interação entre todas as disciplinas ou campos de atuação do tema, sendo importante à abordagem dos aspectos sociais, históricos, geográficos, matemáticos, de línguas, das artes, da filosofia, etc. (PINHEIRO *et al.*, 2001).

### **Educação Ambiental Formal ou Escolar**

Inicialmente a Educação Ambiental era trabalhada somente no âmbito informal, em geral com enfoque preservacionista e sem contemplar a questão do desenvolvimento sustentado. Porém, isso não era o suficiente, e percebeu-se que a Educação Ambiental deveria permear toda a educação formal, foi quando ocorreu esta inclusão através dos Parâmetros Curriculares Nacionais. (GARCIA, 2005).

Assim, a Educação Ambiental Formal ou escolar se realiza na rede de ensino, através da atuação curricular, tendo como referência pedagógica os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Atualmente, visa formar cidadãos que observem e vejam a realidade compreendendo-a com capacidade para criticá-la e como cidadãos conscientes possam se posicionar diante dos desafios do mundo sempre preocupado com o destino coletivo. A inclusão da Educação Ambiental no currículo de forma transversal causa um processo de inovação educativa englobando todo o conjunto do

coletivo escolar (professores, alunos e comunidade) e as instâncias decisórias e responsáveis das Secretarias de Educação Estaduais com o apoio das Delegacias do MEC nos Estados.

A Educação Ambiental deve ter necessariamente um caráter interdisciplinar, não substitui ou ultrapassa as disciplinas acadêmicas; ela precisa e aplica todas elas. Frente a um problema ambiental qualquer, é provável que precisemos de alguns subsídios de história, economia, geologia, engenharia, estatística, ciência política e sociologia. Os profissionais envolvidos podem contribuir com idéias, combinando-as de forma criativa, integrando-as, considerando-as sob novas perspectivas e dando-lhes novas aplicações. É um processo realmente útil na solução real de problemas urgentes. (SÃO PAULO, 1997). Porém, é necessário que seja um processo de ensino-aprendizagem permanente e contínuo dentro da escola, não necessitando necessariamente de ser formalizado em uma disciplina, pois a sua interação com outras disciplinas auxilia na formação da cidadania. (PINHEIRO *et al.*, 2001). Assim, a escola deve desenvolver um programa ou projeto de Educação Ambiental que permeie todas as disciplinas além, de atividades extra-classe, núcleos de estudos ambientais ou centros interdisciplinares. (AMBIENTE BRASIL, 2005).

A Educação Ambiental deve ter uma abordagem que leva em conta a realidade do aluno, não pode se reduzir a uma abordagem conservacionista, deve ter enfoque no desenvolvimento sustentado, deve propiciar ao aluno o desenvolvimento de competências e habilidades, com a aquisição não apenas de conceitos, mas também de valores e atitudes.

Porém, a incorporação da dimensão ambiental à educação formal foi e vem sendo um processo lento, mas altamente interessante. (SOUZA Jr *et al.*, 2004). Que tem contribuído para uma profunda discussão sobre a educação contemporânea em geral, já que as concepções vigentes não dão conta da complexidade do cotidiano em que vivemos. (REIGOTA, 1997).

### **Educação Ambiental Informal**

A Educação Ambiental Informal é dirigida ao grande público, ou à sociedade, é realizada através dos meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádios, e televisão), de sistemas de informatização (Internet e os bancos de dados ambientais), além de

bibliotecas, videotecas e filmotecas. Com matérias destinadas a informação e sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais. (CARVALHOSA, 2005).

É a educação que também se realiza dentro de casa, nas conversas entre pais e filhos, no diálogo entre amigos sobre a preservação e importância do meio ambiente, ou qualquer outro assunto que, mesmo sem ser intencional, faz com que haja uma reflexão, muitas vezes individual, sobre o assunto, levando a uma mudança de atitude.

Outras formas de atuação são através de canções, poesias, esculturas, pinturas, dentre outras, que exprimem no campo das emoções e dos sentimentos as percepções das pessoas em relação ao meio ambiente.

Para que um programa de Educação Ambiental Informal alcance os seus objetivos deve tratar o tema focado de uma forma eficiente e prática, se faz necessário a elaboração do perfil ambiental da comunidade, grupo ou instituição para o qual será planejado, executado e avaliado o projeto ou programa de Educação Ambiental. (PINHEIRO *et al.*, 2001).

### **Educação Ambiental Não Formal**

Entende-se por Educação Ambiental Não Formal as propostas educativas que, sem ser curriculares, estão, entretanto integradas em projetos com finalidades particulares e uma intencionalidade. O grau de estruturação e sistematização dos projetos varia em função das circunstâncias e dos contextos. A maior vantagem da EA Não Formal é que pode se desenvolver processos muito mais flexíveis do que no ensino formal (SOUZA Jr *et al.*, 2004), ela utiliza meios pedagógicos multivariados. Tem a função de informar e formar.

A Educação Ambiental Não Formal é direcionada à comunidade, trabalhadores, moradores ou visitantes de determinada área. Seus objetivos maiores são melhorar a qualidade de vida da comunidade e o fortalecimento da cidadania. Promove a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, favorecendo a participação popular nas tomadas de decisões.

Ela é um importante instrumento para sensibilização, conscientização na busca de uma melhoria da qualidade de vida e ambiental. Ela se realiza a partir do envolvimento da própria comunidade para resolução dos problemas ambientais, contribuindo para aproximar

o conhecimento científico ao popular. Normalmente, a população não é bem informada sobre a legislação ambiental e questões ambientais devido principalmente à falta de comunicação sobre o assunto (MERTZ, 2004), neste contexto a Educação Ambiental entra para sanar este problema, trazendo conhecimento à população e fazendo-os buscar seus direitos. São ações para alcançar a conscientização ambiental, a adoção de valores, atitudes, habilidades e comportamentos ambientalmente adequados ao desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental Não Formal é feita, principalmente, por grupos de ambientalistas, e ONGs, com uma intenção de transformar o mundo que inicia por mudarmos a nós mesmos. A idéia de responsabilidade global (o que acontece em qualquer lugar do planeta repercute no resto) busca a formação de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada, criticando o modelo de desenvolvimento dominante (baseada na superprodução e no superconsumo para poucos e escassez para a maioria). (NOVO, 1996).

Para Leonardi (1997), o fato da modalidade não formal de Educação Ambiental ser praticada em diversos espaços da vida social não a impede, porém de ter objetivos, metodologias, periodicidade claramente definidos. É menos estruturada que a formal, embora rica em parcerias.

Segundo Sorrentino (*apud* REIGADA e TOZONI-REIS, 2004), a Educação Ambiental Não Formal também capacita e incentiva o indivíduo a acreditar em si próprio e no fazer coletivo, tornando mais fácil o diálogo entre a sociedade civil, o Estado e as empresas, possibilitando a construção de uma ação social que privilegia a diluição do poder, a potencialização do indivíduo e do pequeno grupo, além da proteção, recuperação e melhoria da qualidade do ambiente e da vida.

A economia de energia e de água, o combate ao desperdício de matérias-primas, a redução da poluição do ar e sonora, a coleta seletiva e reciclagem do lixo são exemplos de ações propiciadas por um programa de Educação Ambiental Não Formal.

### **Vertentes da Educação Ambiental**

Até pouco tempo atrás, as ações em Educação Ambiental eram marcadas pela inexistência de um referencial teórico, pois a maioria das publicações era tradução de literatura estrangeira, e não havia profissionais qualificados que contribuíssem para este

debate. Contudo, a partir da década de 90, ocorreu uma revolução em termos científicos, com surgimento de diversas publicações nacionais e a formação de um pessoal com titulação acadêmica. (SATO e SANTOS, 2003). Atualmente, as concepções e as iniciativas na área da Educação Ambiental aumentaram e diversificaram muito. Vários atores, de diversos setores da sociedade, iniciaram programas na área: o Governo passou a apoiar estas iniciativas, as empresas criaram setores para atender a demanda, as escolas passaram a apoiar projetos educacionais voltados à temática ambiental e surgiram organizações não governamentais relacionadas à Educação Ambiental, a outras já existentes passaram a abordar esse tema em suas atividades.

Multiplicaram-se as iniciativas de indivíduos isolados, professores, profissionais de diversas áreas e cidadãos, sensibilizados pela questão ambiental. Essa tendência é fortemente percebida em Encontros e Congressos na área ambiental, no qual centenas de pessoas participam apresentando trabalhos e manifestando sua intenção de cooperar no fortalecimento das iniciativas de Educação Ambiental que se realizam em todo o país. (SORRENTINO, 1997).

Entretanto, cada grupo que atua na área possui uma concepção diferente do que seja a Educação Ambiental, de como esta deve ser trabalhada, do que seja Meio Ambiente e como este deve ser encarado. O modo como um determinado tema é abordado em um projeto de Educação Ambiental define tanto a concepção pedagógica, quanto o entendimento sobre a questão ambiental que estão sendo assumidos na proposta (QUINTAS, 2002) levando, assim, à definição de diferentes objetivos.

Segundo Reigota (1999) há aqueles que tentam uma volta ao passado, imaginando que neste passado havia um estilo de vida de melhor qualidade, desprezando muitas das conquistas técnicas, sociais e culturais contemporâneas. Possuem uma idéia romancista e bucólica (**vertente ecológica e preservacionista**), na qual se idealiza e se atribui valor estético e ético a uma “natureza virgem”, postula a volta às comunidades “naturais e primitivas” como se fosse um modelo ideal com relações “harmônicas e sem conflitos”. Medina (1994) diz, ainda, que há uma confusão entre Educação Ambiental e o ensino de ecologia, cujo objetivo é preservar a natureza, sem uma análise econômica-social das causas dos problemas ambientais.

Há também, segundo Reigota (1999) os ambientalistas que atuam com base no presente cotidiano que têm uma prática de questionamentos de modelos sociais, políticos, econômicos e culturais consolidados ou a conquistar. Esta concepção reintegra o homem à natureza (**vertente sócio-ambiental**), o meio ambiente se gera e se constrói das inter-relações entre sociedade e natureza, e considera uma compreensão dessas inter-relações mediadas pelos estilos de desenvolvimento. Não são nostálgicos, nem adeptos da modernidade, mas têm uma atuação crítica em relação ao modelo de desenvolvimento atual, utilizando a noção de “desenvolvimento sustentável”, a qual representa uma responsabilidade com o futuro, um compromisso ético e ecológico com as futuras gerações. A educação é voltada para a preservação e conservação da natureza, orientada para a solução de problemas sócio-ambientais, utilizando-se de uma metodologia multidisciplinar e interdisciplinar. (MEDINA, 1994).

Para Jacobi (2005), a importância da vertente sócio-ambientalista pode ser verificada pelo crescimento do número de entidades não governamentais, movimentos sociais e sindicatos que incorporam a questão ambiental na sua agenda de atuação. A presença destas práticas aponta para a necessidade de pensar modelos sustentáveis, revelando uma preocupação em vincular intimamente a questão ambiental à questão social.

Na concepção de Robottom e Hart (1993 *apud* SATO e SANTOS, 2003) existem quatro eixos principais dentro da Educação Ambiental. São eles: **vertente positivista**, **vertente construtivista**, **vertente sócio-construtivista** e o **pós-estruturalismo**.

A **vertente positivista** de Robottom e Hart (1993) defende que há uma relação hierárquica de poder entre professor e alunos, o paradigma é baseado no “objetivismo” e o conhecimento é derivado, cumulativo e progressivo; os valores são descartados e a interatividade não é estimulada, incentivando um sistema educativo sem postura crítica. Para eles a **vertente construtivista** surgiu da crítica ao positivismo, é baseada na aceitação da realidade multifacetada; a construção individual é desenhada através da interpretação, que após comparações e contrastes, possibilita o conhecimento, não há uma intenção clara da transformação da leitura do mundo. Acreditam ainda que a **vertente sócio-construtivista** admite o professor como colaborador participativo que, juntamente com os alunos, desafiam o poder. As pesquisas aqui buscam a transformação das realidades multifacetadas, criticando a ideologia dominante que é baseada na produção de

racionalidades técnicas e instrumentais e sistematicamente distorce a capacidade comunicativa dos seres humanos. Busca uma junção entre sociedade e natureza.

Na **vertente pós-estruturalista**, a compreensão da realidade se dá através dos objetos, elementos e significados; faz resgate da ética, da solidariedade e coletivismo como alternativas possíveis para se alcançar uma humanidade mais responsável.

Os processos educativos mais adequados em Educação Ambiental, de acordo com os objetivos que se desejam alcançar, foram propostos por Lucas (1980-81 *apud* INVERNIZZI e TOMAZELLO, 2000), o qual distingue **educação sobre, no e para** o ambiente.

Segundo este autor, a **educação sobre** ou acerca do ambiente compreende ações ou atividades educativas que têm como objetivo proporcionar informações e formação sobre o meio ambiente e sobre as relações que se dão neste meio. Seus objetivos incluem a compreensão das interações entre os seres humanos e seu meio.

A **educação no** ou através do ambiente toma o meio físico como recurso didático: é o meio para investigar e descobrir o mundo através da observação e do contato direto e, também, como ponto de partida para desenvolver projetos de aprendizagens integradas, reconhecendo que os comportamentos vêm guiados muito mais pelas nossas emoções e valores do que pelos nossos conhecimentos.

Para Invernizzi e Tomazello (2000), a **educação para** o ambiente é a mais relevante e inovadora, pois tem como objetivo a conservação e a melhoria do meio, isto é, pretende-se, além da aquisição de conhecimento e de capacidade para uma atuação, desenvolver no indivíduo o envolvimento emocional (processo de sensibilização) e o compromisso na procura de soluções para os problemas ambientais.

Sorrentino (1997) classifica os diversos fazeres educacionais voltados à questão ambiental, em quatro grandes correntes: **conservacionista, educação ao ar livre, gestão ambiental e economia ecológica**.

A corrente **conservacionista**, bastante presente nos países mais desenvolvidos, ganha grande impulso com a divulgação dos impactos sobre a natureza, causados pelos atuais modelos de desenvolvimento. Sua penetração no Brasil se dá a partir da atuação de entidades conservacionistas, ela assemelha-se a concepção “ecológica e preservacionista” já citada por Reigota (*op cit*) e Medina (*op cit*). Na qual, a ênfase na divulgação dos

problemas ambientais, visa apenas a preservação dos meios ainda naturais e a conservação das espécies em vias de extinção. Não há a uma integração do elemento homem na definição de meio ambiente.

A corrente **educação ao ar livre** segue a linha dos antigos naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de caminhadas, montanhismos, acampamentos e outras modalidades de esportes de lazer junto à natureza, relacionado ao que conhecemos atualmente de “ecoturismo”, a qual ganha uma dimensão de Educação Ambiental com grupos de “caminhadas ecológicas”, “trilhas de interpretação da natureza” entre outras atividades. Pode ser associada a dinâmicas de grupo e estímulo ao autoconhecimento e aprimoramento do fazer cotidiano, individual e social, atividades mais comuns nos países desenvolvidos.

A corrente chamada de **gestão ambiental** ganha especial impulso no Brasil nos debates contra a poluição e no modelo de desenvolvimento atual que degrada o ambiente e o ser humano, bem como nos movimentos que reivindicavam a participação da população na administração dos espaços públicos e nas definições do futuro que estávamos construindo para nós e nossos descendentes.

A última corrente citada pelo autor, **economia ecológica** está relacionada ao “ecodesenvolvimento” de Sachs e de “O negócio é ser pequeno” de Schumacher, escritos no início dos anos 70, mas só ganhando grande impulso na segunda metade da década de 80, quando foram publicados documentos como “Nosso Futuro Comum” e “Nossa Própria Agenda”. Nos movimentos sociais, as experiências com a geração e difusão de tecnologias alternativas, através de comunidades rurais, ONGs e associações ambientalistas são antigas, mas sempre foram pontuais e marginalizadas. Nesta corrente, estão presentes dois termos muito utilizados pelo movimento ambientalista neste final de século, são eles: “desenvolvimento sustentável” e “sociedades sustentáveis”. O primeiro, contendo empresários, governantes e uma parcela das organizações não governamentais, e o segundo contem aqueles que sempre estiveram na oposição ao atual modelo de desenvolvimento.

Ainda segundo Sorrentino (1997) as quatro correntes de Educação Ambiental anteriormente citadas possibilitam identificarmos quatro grandes conjuntos de temas e objetivos com os quais se identificam distintos projetos de Educação Ambiental. São os projetos:



**Biológicos**, com o objetivo de proteger, conservar, e preservar espécies, ecossistemas e o planeta como um todo; conservar a biodiversidade e o clima (deter o buraco na camada de ozônio e o efeito estufa); detectar as causas da degradação da natureza, incluindo a espécie humana como parte da natureza; estabelecer as bases corretas para a conservação e utilização dos recursos naturais;

**Espirituais/culturais**, que visam promover o auto-conhecimento e o conhecimento do Universo, através do resgate de valores, sentimentos e tradições que possibilitem uma nova ética fundamentada em valores como verdade, amor, paz, integridade, diversidade cultural, felicidade e sabedoria, visão global e holística;

**Políticos**, com o objetivo de desenvolver uma cultura de procedimentos democráticos; estimular a cidadania e a participação popular; estimular a formação e aprimoramento de organizações, o diálogo na diversidade e autogestão política;

E os projetos **econômicos**, que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida através da geração de empregos em atividades “ambientais”, não alienantes e não exploradoras do próximo. Caminhar em direção à autogestão do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus conhecimentos, como indivíduos e como grupos/comunidades.

Quintas (2002) acredita que uma possibilidade é assumir a transformação individual como meio para sociedade brasileira atingir, ao longo de certo tempo, uma conduta ambientalmente responsável (**transformar-se para transformar**). Um outro direcionamento, ao contrário do anterior, considera a transformação individual como decorrente do engajamento do sujeito num projeto coletivo para construção de práticas sociais ambientalmente saudáveis (**transformar-se transformando**).

Na primeira perspectiva (**transformar-se para transformar**), está implícita a idéia de que a prevenção e a solução dos problemas ambientais dependem, basicamente, de cada um fazer sua parte. Assim, se cada pessoa passasse a consumir apenas o necessário, a reaproveitar ao máximo os produtos utilizados e a transformar os rejeitos em coisas úteis, estaria, a princípio, economizando recursos naturais e energia e, desta forma, minimizando a ocorrência de impactos ambientais negativos. Para a Educação Ambiental caberia promover a mudança de comportamento do sujeito em sua relação cotidiana e individualizada com meio ambiente e com os recursos naturais, objetivando a formação de hábitos ambientalmente responsáveis no meio social. Para Quintas (2002) esta abordagem

aponta para uma prática pedagógica acrítica e ingênua sobre problemática ambiental e, assim, a transformação da sociedade seria o resultado da transformação individual dos seus integrantes.

Na perspectiva de **transformar-se transformando**, assume-se que o fato de "cada um fazer sua parte" por si só necessariamente não garante a prevenção e solução dos problemas ambientais. Numa sociedade massificada e complexa, assumir no dia a dia, condutas coerentes com as práticas de proteção ambiental pode estar além das possibilidades da grande maioria das pessoas. Para Quintas (2002), o processo educativo deve pautar-se por uma postura emancipatória em forma de diálogo, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, assim, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa também estará se transformando.

Essa Educação Ambiental emancipatória e comprometida com o exercício da cidadania implica num compromisso de construção de um padrão de desenvolvimento econômico socialmente justo e ambientalmente seguro e na prática de uma Gestão Ambiental fundada no princípio de que todas as espécies têm direito a viver no planeta. Essa visão se equipara muito a vertente sócio-construtivista dada por Robottom e Hart (*apud* SATO e SANTOS *op cit*).

Quanto à posição que o homem estabelece com o meio natural, Souza (2004) define **ecocentrismo, antropocentrismo e biocentrismo** como posturas ideológicas no âmbito do movimento ambientalista. Porém, a autora cita outras concepções que representam o entrelaçamento entre estas posições citadas: **holística**, o **capitalismo ecológico** e o **ecologismo social**.

A visão **antropocêntrica** traz a concepção da natureza enquanto regida por um sistema de leis, das quais caberia ao Homem, na condição de “Senhor do Jardim”, conhecer as regularidades e os princípios a fim de dominar a vida e o mundo exterior a ele, enquanto condição de sua própria existência. É uma visão totalmente positivista (como já observado por ROBOTOM e HART [*apud* Sato e Santos *op cit*]) representando o auge da visão de progresso da humanidade, ainda que obtido à custa da degradação da natureza.

Há também a perspectiva **holística**, na qual ocorre um resgate de uma dimensão de espiritualidade, entendida em seu caráter de vivência e de vinculação pessoal ao Sagrado e

caminho para a resolução de conflitos. Assim, esse pensamento retoma a concepção de homem como servo do lugar, em oposição à concepção racionalista de homem como o senhor do jardim.

Souza (2004) cita ainda o **capitalismo ecológico** ou “green capitalism” como uma das vertentes do ambientalismo que preconiza uma relação de acomodação das exigências do meio ambiente frente aos avanços tecnológicos, no tocante a contornar e mesmo resolver problemas ambientais sem transformar as bases da acumulação do regime capitalista em escala local e planetária. (BLACKBURRY, 1999 *apud* SOUZA, 2004).

Ainda para Souza (2004), em meados dos anos 80, começou a surgir no Brasil um tipo de ambientalismo mais ligado às questões sociais. Surgido no bojo da redemocratização do país, logo após o fim da ditadura militar, caracteriza-se pela crítica ao desenvolvimento altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu nesse período. Esse movimento é chamado por Souza (2004) de **ecologismo social** ou ambientalismo camponês que é incorporado por seringueiros amazônicos, por movimentos indígenas e de pescadores que começam a influenciar uma nova forma de ver a conservação ambiental, propondo a participação das comunidades no planejamento e na gestão das Unidades de Conservação.

Tozoni-Reis (2002) acredita que segundo as trajetórias acadêmico-profissionais dos ambientalistas, estes tendem a atuar segundo uma destas tendências: **tendência natural, tendência racional e tendência histórica.**

A **tendência natural** está presente, principalmente, entre os professores de biologia. A educação fica reduzida ao papel de adaptadora dos sujeitos ao mundo pré-determinado pelos processos naturais. A representação da educação como natural indica a educação com função de reintegração do indivíduo à natureza. Na concepção natural a função dos educadores é de supervalorizar as experiências sensíveis, sugerindo a submissão do sujeito ao domínio natural da natureza. As mudanças pessoais internas – de caráter espiritualista – são metas educativas, e a adaptação do indivíduo ao ambiente natural e harmônico é princípio educativo. Para reprimir a dominação do homem sobre a natureza, sugerem, no entanto, a dominação da natureza sobre o homem. Por essa lógica, a natureza vingativa submete o homem, arrogante, ao seu poder. Essa idéia está presente no discurso apocalíptico ambiental que acompanha e explicita essa concepção.

Na **tendência racional** a relação homem-natureza é definida pela razão e a educação tem como função preparar o indivíduo para a vida em sociedade. Implica no uso racional dos recursos naturais. Assim, a ciência (empírica, mecânica, positiva, racional e cartesiana) ocupa a centralidade da vida social.

Nessa concepção, a educação fica reduzida à função de transmitir os conhecimentos técnico-científicos que definem as relações homem-natureza e homem-homem e de desenvolver formas eficientes de garantir a preparação intelectual dos indivíduos para viverem em sociedade de maneira a garantir que os recursos naturais não se esgotem. A lógica que emerge do próprio desenvolvimento é a utilização racional desses recursos. Assim, a Educação Ambiental tem como função adaptar os indivíduos à sociedade e esses às condições limitadas do ambiente natural. A articulação entre a crise ambiental e a profecia apocalíptica também está presente na concepção racional de relação homem-natureza e de educação.

A **concepção histórica** implica, na área ambiental, em considerar a perspectiva histórica para a compreensão tanto da crise ambiental atual, quanto de sua superação. Nessa concepção, a educação é prática social construída e construtora da humanidade, e os educadores ambientais têm o papel de mediar a interação dos sujeitos com seu meio natural e social. Os conteúdos educativos articulam natureza, trabalho, história e conhecimento, além de valores e atitudes como respeito, responsabilidade, compromisso e solidariedade.

Segundo Tozoni-Reis (2002), na concepção histórica, a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental.

Para Lago e Pádua (1989 *apud* CARVALHOSA, 2005), o pensamento ecológico pode ser dividido em quatro segmentos:

**Ecologia natural**, o qual procura entender as leis que regem a dinâmica da vida da natureza através do funcionamento dos ecossistemas, comparada ao positivismo citado por Robottom e Hart (*apud* Sato e Santos *op cit*).

**Ecologia social**, que estuda as relações do homem com o meio ambiente e como a ação humana costuma incidir destrutivamente na natureza; para poder desenvolver métodos de produção que estão em harmonia com o meio.

**Conservacionismo** é concebido a partir da percepção da destruição ambiental provocada pela ação humana, e da conseqüente luta pela preservação dos recursos naturais ainda não agredidos pela ação humana;

**Ecologismo** que passa pela conscientização ambiental da comunidade, para que ocorra uma mudança na economia, na cultura e na própria maneira dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. Trata-se de um projeto de transformação social.

Para Meira e Rocha (2003) o movimento ambientalista pode ser dividido em radical e renovado. Estes autores consideram **ambientalismo radical** o pensamento que considera que a biosfera e a sociedade humana devem ser entendidas através dos princípios holísticos, do equilíbrio, dos limites finitos e das mudanças dinâmicas; entende que há de se preservar e conservar os recursos naturais por meio de uma nova ética, anticonsumista e antimaterialista. O ambientalismo radical, ao pregar uma transformação profunda no relacionamento homem-natureza, tem pouco poder de influência nas questões do dia-a-dia, uma vez que as ações dos ambientalistas radicais visam à mudança social pelo lado de fora, não lhes possibilitando propor reformas substanciais, com probabilidade de serem aceitas ou adotadas (EGRI e PINFIELD, 1998 *apud* MEIRA e ROCHA, 2003). Já o **ambientalismo renovado** estabelece um caminho intermediário entre as abordagens do ecologismo e do economicismo. Apresenta uma visão ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, a tecnologia seria responsável tanto pela geração de progresso técnico e econômico, como pela detecção e gerenciamento dos riscos ambientais. Em geral, organizações que partilham a visão do ambientalismo renovado buscam desenvolver acordos com indústrias e governos e interferir na elaboração de políticas públicas ambientais.

Porém, Egri e Pinfield (1998 *apud* MEIRA e ROCHA, 2003) afirmam que os economicistas pregam que o ambientalismo renovado produz aumentos nos custos de produção e redução dos empregos e um aumento da burocracia estatal.

As organizações ambientalistas, cujas ações na década de 70 eram pautadas por valores da corrente radical, à medida que amadureceram, ao longo dos anos 80 e 90,

passaram a incorporar os valores inerentes ao ambientalismo renovado, abraçando o desenvolvimento sustentável.

Para Moraes (1997, *apud* LOUREIRO, 2000) parte significativa dos setores ambientalistas apresenta, em geral, três posturas típicas no tratamento da questão ambiental: 1) **Naturalismo**: os problemas são abordados em sentido a-histórico, ignorando as relações sociais em que a relação indivíduo-natureza é condicionada às relações naturais e à sua dinâmica; 2) **Tecnicismo**: as soluções técnicas e de manejo e gestão dos recursos naturais são apontadas como capazes de resolver os dilemas atuais (vertente ligada a gestão ambiental utilizada, principalmente em indústrias) e 3) **Romantismo ingênuo**: defendido por aqueles que buscam ser “politicamente e ecologicamente corretos”, mas desconsideram a própria dinâmica da natureza e a inevitável ação humana sobre esta.

Contudo, para Smyth (*apud* SATO e SANTOS, 2003) tem-se que tomar cuidados nas pesquisas em Educação Ambiental, pois esta está sendo estudada apenas no interior das ciências humanas, mas ele afirma que é fundamental que as ciências humanas não incorporem a Educação Ambiental como exclusiva dessas áreas. Se de um lado as ciências naturais não conseguiram incluir a sociedade em suas investigações, as ciências humanas também não conseguem lidar com questões ecológicas de fundamental importância na Educação Ambiental, por isso a necessidade de ser um tema transversal, multi e interdisciplinar.

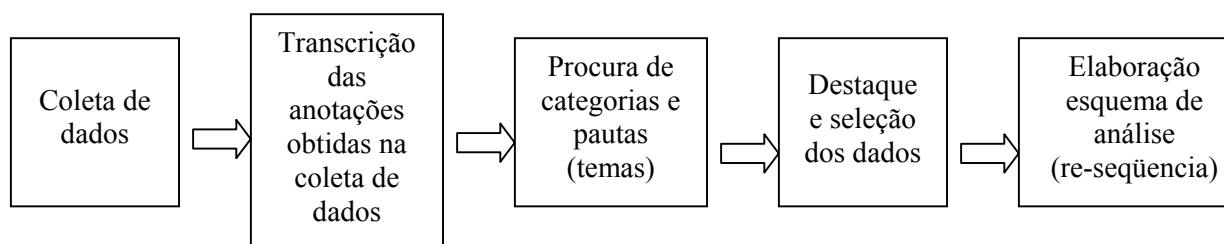
## CAPÍTULO II

### TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A pesquisa qualitativa se apóia nos pressupostos teórico-metodológicos da análise de campo em que, num primeiro momento, tomam-se os dados de forma ampla e depois de encontrado aquilo que interessa para investigar, estreita-se o âmbito do recolhimento de dados. (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Segundo Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e das situações apresentadas pelos entrevistados.

Nigel Fielding (1993, p.163 *apud* RICHARDSON, 1999) resumiu no modelo a seguir uma orientação comum na análise dos dados etnográficos:



Assim, a primeira etapa do projeto baseou-se em um levantamento feito, principalmente, por meio de pesquisas realizadas na internet, em sites das próprias ONGs, através de seus estatutos, em jornais e portais das prefeituras da região em foco.

Na segunda fase ocorreu um contato mais direto com as ONGs para obter dados relativos às suas concepções e às ações que afirmam promover na região. Para tal, foram enviados questionários (Anexo 1) via eletrônica para a maioria das ONGs do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Porém, como foram obtidas apenas algumas poucas respostas, optamos por entrevistar pessoas de algumas ONGs de cada cidade, que atuam diretamente com a Educação Ambiental.

O questionário enviado sofreu algumas alterações para o roteiro de entrevista, de modo que fosse possível coletar as informações realmente necessárias a esta pesquisa.

Nestas visitas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas tendo por base questões norteadoras (Anexo 2) com o presidente ou alguém responsável pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à Educação Ambiental. E, quando possível, foram entrevistadas pessoas da comunidade (Anexo 4) para conferir a coerência entre o discurso e a prática destas ONGs, e tomar nota de qualquer outro fato que julgamos importante para a pesquisa, além de coletar opiniões a respeito da presença das organizações no local e de suas atividades com a comunidade local. Houve momentos em que grupos, de modo desarticulado, mas querendo emitir opiniões, também tiveram voz por fornecerem dados importantes.

Os questionários e as entrevistas foram analisados de forma a buscar respostas a alguns questionamentos iniciais, tais como:

1. O que motivou a criação dessas ONGs/OSCIPs? Quando e como elas foram formadas?
2. Qual a colaboração das ONGs da região para a Educação Ambiental Não Formal? Quais são os projetos/atividades em andamento?
3. Qual a visão que os ativistas dessas ONGs têm de Educação Ambiental? Em quais vertentes da EA eles se apóiam? Como acreditam ser possível sensibilizar a população em relação aos problemas ambientais?
4. Quais os principais problemas enfrentados pelas ONGs? Quais as iniciativas em relação à Educação Ambiental, na opinião dos ativistas, que devem ser implementadas com apoio do governo e de empresas, que podem resultar numa melhor atuação?

Com relação à questão 3, relativas às vertentes sobre as quais se apóiam os ativistas das ONGs analisadas, tornou-se necessário explicitar as categorias de análise em que nos apoiemos para classificar as falas dos representantes das ONGs.

## **CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE**

São apresentadas aqui as categorias de análise utilizadas para a classificação das visões dos ativistas das ONGs do Litoral Norte do Estado de São Paulo em relação à Educação Ambiental. Elas foram elaboradas a partir do estudo feito sobre as mais diversas



vertentes da Educação Ambiental explicitadas por diversos autores, anteriormente apresentados no Capítulo I.

A forma de se enxergar, de entender, de trabalhar a Educação Ambiental e os objetivos propostos em cada projeto nos permite que as ONGs sejam classificadas em: **positivista, construtivista, sócio-construtivista, pós-estruturalista e disciplinatória ou adestramento ambiental**. As quatro primeiras vertentes foram baseadas nas teorias de Robotton e Hart (1993 *apud* SATO e SANTOS, 2003), e a última foi derivada dos estudos de Brügger (1994), embora outros estudos sejam citados para a construção operacional dos conceitos.

### **Vertente Positivista**

A ideologia positivista teve seu princípio com os escritos de Isidore-Auguste-Marie Xavier Comte e representou o pensamento típico do século XIX, o qual teve grande impulso com o progresso das ciências naturais. (RIBEIRO Jr, 1982). Esse impulso deu graças ao desenvolvimento dos problemas econômico-sociais que dominaram esta época.

O positivismo prega a cientificação do pensamento e do estudo humano, visando a obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os seguidores desse movimento acreditam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar. Os positivistas crêem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas seu estudioso recuperá-lo e colocá-lo à mostra. (BIRARDI *et al.*, 2001).

Segundo Borges Filho (2006), o positivismo considera o indivíduo como um sujeito passivo e não um agente ativo na construção da realidade e da história; assim, a educação é vista como a influência das gerações mais velhas sobre as mais novas através de uma prática coercitiva.

A vertente positivista que será utilizada para a classificação das ONGs quanto à metodologia utilizada nas atividades de Educação Ambiental, é equivalente à vertente positivista de Robotton e Hart (1993, *apud* SATO e SANTOS, 2003) que considera a relação hierárquica de poder entre professor e alunos, na qual o conhecimento é derivado,

cumulativo e progressivo; os valores são descartados, incentivando um sistema educativo sem postura crítica.

Ela se equipara a vertente ecológica e preservacionista de Reigota (1999) e complementada por Medina (1994), a qual despreza muitas conquistas técnicas, sociais e culturais contemporâneas. A Educação Ambiental é confundida com o ensino de ecologia, cujo objetivo é preservar a natureza, sem uma análise econômica-social das causas dos problemas ambientais. O ensino é centrado no professor e volta-se para conteúdos e disciplinas, visa, assim, a perpetuação da sociedade e da cultura; não tem como objetivo a mudança dos padrões atuais de produção. As diferenças individuais e valores são ignorados.

### **Vertente Construtivista**

A vertente construtivista surgiu da crítica ao positivismo, e teve seu princípio com Jean Piaget no início do século XIX. Ela defende que nós construímos ativamente nossos conhecimentos em nossas interações com pessoas e objetos, de acordo com nossas possibilidades e interesses.

No construtivismo nada, a rigor, está pronto, acabado. O conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio. (BECKER, 1994).

Ser construtivista é ser contra o ensino baseado apenas em aulas expositivas, repetição e "decoreba". A aprendizagem não é um processo passivo, é preciso buscar meios de despertar o interesse dos alunos e dar a eles um papel mais ativo. Desta forma, jogos, brincadeiras, projetos de pesquisa, utilização de situações-problema passam a ser ótimos instrumentos pedagógicos.

A vertente construtivista é segundo Robottom e Hart (1993 *apud* SATO e SANTOS, 2003) baseada na aceitação da realidade, não há uma intenção da transformação da leitura do mundo. A construção individual é desenhada através da interpretação, que após comparações e contrastes, possibilita o conhecimento.

É equivalente a educação no ambiente de Lucas (1980-81 *apud* INVERNIZZI e TOMAZELLO, 2000) que toma o meio físico como recurso didático, é o meio para investigar e descobrir o mundo através da observação e do contato direto.

Pode ser equiparada a corrente de educação ao ar livre citada por Sorrentino (1997) que segue a linha dos antigos naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de caminhadas, montanhismos, acampamentos e outras modalidades de esportes de lazer junto à natureza, relacionado ao que conhecemos atualmente de “ecoturismo”, e ganha uma dimensão de Educação Ambiental com grupos de “caminhadas ecológicas”, “trilhas de interpretação da natureza” entre outras atividades.

É uma metodologia diferente de aprendizagem dos conteúdos, a qual acredita que o conhecimento se constrói individualmente, através do contato direto com o meio. Porém, não tem como objetivo a transformação de realidade e a resolução de problemas ambientais.

### **Vertente Sócio-Construtivista**

A vertente sócio-construtivista equivale à histórico-cultural de Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934). Para ele, o sujeito não é apenas ativo, mas interativo, porque forma conhecimentos e se constitui a partir de relações intra e interpessoais. A natureza humana só pode ser entendida quando se leva em conta o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos. Não existe um indivíduo crescendo fora de um ambiente cultural. Desde o nascimento, o ser humano passa a integrar uma comunidade marcada por hábitos, gestos, linguagens e tradições específicas, que orientam os rumos do seu desenvolvimento. (RISCHBIETER, 2006). É na troca com outros sujeitos e consigo próprio que se vão internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimentos e da própria consciência. (ZACHARIAS, 2006).

Essa vertente sócio-construtivista que aqui utilizaremos se equivale à vertente sócio-ambiental de Reigota (1999), na qual há uma reintegração do homem à natureza; essa vertente atua com base no presente cotidiano através do questionamento dos modelos sociais, políticos, econômicos e culturais atuais, pregando o “desenvolvimento sustentável”. A educação é voltada para a preservação e conservação da natureza, orientada para a

solução de problemas sócio-ambientais, utilizando-se de uma metodologia multidisciplinar e interdisciplinar. (MEDINA, 1994).

Para Robottom e Hart (1993 *apud* SATO e SANTOS, 2003) o professor é colaborador participativo que, juntamente com os alunos, desafiam o poder e buscam a transformação da realidade.

Esta vertente se equipara a concepção histórica citada por Tozoni-Reis (2002), na qual os educadores têm o papel de mediar a interação dos sujeitos com seu meio natural e social. Ela considera a Educação Ambiental como uma dimensão da educação. O professor é facilitador do processo, criando condições que facilitem a aprendizagem.

Ela é ligada à gestão ambiental citada por Sorrentino (1997) que vem dos debates contra a poluição e no modelo de desenvolvimento atual que degrada o ambiente e o ser humano, através da utilização de termos como “desenvolvimento sustentável” e “sociedades sustentáveis”.

Para Souza (2004), a vertente sócio-construtivista equivale ao ecologismo social que critica o modelo de desenvolvimento altamente concentrador de renda e destruidor da natureza atual, e propõe a participação das comunidades no planejamento e na gestão do meio.

É uma vertente que utiliza uma metodologia de ensino que proporciona o contato direto com o meio ambiente e com os problemas sofridos por este, e busca, individualmente ou coletivamente, a resolução para os problemas sofridos por esta comunidade.

### **Vertente Pós-Estruturalista**

O termo pós-estruturalista é, segundo Peters (2000), “um rótulo utilizado na comunidade acadêmica de língua inglesa para descrever uma resposta distintivamente filosófica ao estruturalismo que caracterizava os trabalhos de Claude Lévi-Strauss (antropologia), Louis Althusser (marxismo), Jacques Lacan (psicanálise) e Roland Barthes (literatura)”. Ou seja, é uma crítica ao estruturalismo. Porém, não nos aprofundaremos muito na origem do termo devido à sua grande complexidade.

Na vertente pós-estruturalista proposta por Sato e Santos, (2003) a compreensão da realidade se dá através dos objetos, elementos e significados. Há um resgate da ética, da

solidariedade e do coletivismo como alternativas possíveis para se alcançar uma humanidade mais responsável.

Essa vertente equivale à educação para o ambiente proposta por Lucas (1980-81 *apud* Invernizzi e Tomazello, 2000) que tem por objetivo a conservação e a melhoria do meio através do envolvimento emocional (processo de sensibilização) e do compromisso na procura de soluções para os problemas ambientais.

Ela faz o resgate de valores, sentimentos e tradições que possibilitem uma nova ética fundamentada em valores como verdade, amor, paz, integridade, diversidade cultural, felicidade e sabedoria, visão global e holística, como citada por Sorrentino (1997), no que ele chamou de projetos espirituais/culturais.

Nessa perspectiva holística, também descrita por Souza (2004), há um resgate de uma dimensão de espiritualidade, através da vivência como caminho para a resolução de conflitos.

A Educação Ambiental se dá através da provocação pela exposição de acidentes ambientais, da sensibilização das pessoas quanto aos problemas ambientais, sempre na busca de emocionar as pessoas e, assim, conseguir alcançar uma mudança de atitude por parte da comunidade.

### **Vertente Disciplinatória ou Adestramento Ambiental**

Essa vertente teve seu início com Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) que acreditava na possibilidade de controlar e moldar o comportamento humano. Para ele, a educação deve ser planejada passo a passo, de modo a obter os resultados desejados na "modelagem" do aluno. Isso pode ser feito através de um condicionamento que Skinner chamava de operante, que é um mecanismo que premia determinada resposta de um indivíduo até ele ficar condicionado a associar a necessidade à ação. (FERRARI, 2004).

No Brasil, o termo adestramento ambiental foi utilizado por Brügger (1994) referindo-se a uma educação de condicionamento, que não leva em conta a autonomia do sujeito, porém está em busca de mudanças de comportamento do sujeito. Pode ser comparada a vertente positivista quanto aos métodos de ensino, porém, diferentemente desta, tem por objetivo uma transformação do sujeito e do mundo.

Luckesi (1991) cita a vertente crítico-social dos conteúdos, na qual a difusão de conteúdos é tarefa primordial. Assim, o ensino deve fornecer instrumentos aos alunos por meio da aquisição de conteúdos para uma participação organizada e ativa da sociedade. Os métodos de ensino se subordinam aos conteúdos; é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos.

Assim como afirma Lucas (1980-81 *apud* INVERNIZZI e TOMAZELLO, 2000) na educação sobre o ambiente, as ações ou atividades educativas têm como objetivo proporcionar informações e formação acerca do meio ambiente e das relações que se dão neste meio, para que este possa atuar positivamente sobre ele.

Esta vertente equivale também à tendência racional de Tozoni-Reis (2002), na qual a educação tem como função preparar o indivíduo para a vida em sociedade através do ensino da ciência (empírica, mecânica, positiva, racional e cartesiana). Assim, a educação fica reduzida à função de transmitir os conhecimentos técnico-científicos para garantir a preparação intelectual dos indivíduos para viverem em sociedade de forma a garantir que os recursos naturais não se esgotem.

O professor deve transmitir conhecimentos, comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades consideradas básicas para a manipulação e controle do meio social e cultural.

### **Síntese das Vertentes**

Para um maior entendimento do que venha a ser estas vertentes citadas anteriormente, encontra-se a seguir a tabela 02, com as principais características destas, em relação à metodologia de ensino e a sua relação com o mundo. Lembrando que estas vertentes serão utilizadas para a classificação das ONGs do Litoral Norte.

Tabela 02: Resumo das vertentes:

<b>Vertente</b>	<b>Educação</b>	<b>Relação com o Mundo</b>
<b>Positivista</b>	<p>Relação hierárquica de poder entre professor e alunos, o conhecimento é derivado, cumulativo e progressivo; os valores são descartados, incentivando um sistema educativo sem postura crítica.</p> <p>A Educação Ambiental é confundida com o ensino de ecologia, sem uma análise econômica-social das causas dos problemas ambientais.</p>	<p>Visa a perpetuação da sociedade e da cultura; não tem como objetivo a mudança dos padrões atuais de produção.</p>
<b>Construtivista</b>	<p>Usa uma metodologia diferente de aprendizagem dos conteúdos, na qual o conhecimento se constrói individualmente, através do contato direto com o meio.</p> <p>A observação, a comparação e o contraste possibilitam que o indivíduo construa o conhecimento.</p>	<p>É baseada na aceitação da realidade, não há uma intenção da transformação da leitura do mundo. Não tem como objetivo a transformação de realidade e a resolução de problemas ambientais.</p>
<b>Sócio- Construtivista</b>	<p>Há uma reintegração do homem à natureza e atua com base no presente cotidiano. A educação utiliza uma metodologia multidisciplinar e interdisciplinar.</p> <p>O conhecimento deriva de experiências dos próprios alunos que têm o professor como facilitador do processo de aprendizagem. Com o papel de mediar a interação dos sujeitos com seu meio natural e social. Ela considera a Educação Ambiental como uma dimensão da educação.</p>	<p>Incentiva o questionamento dos modelos sociais, políticos, econômicos e culturais atuais, pregando o “desenvolvimento sustentável”.</p> <p>Em busca da transformação dessa realidade altamente concentradora de renda e destruidora da natureza. Propõe, assim, a participação da própria comunidade no planejamento e na gestão do meio.</p>
<b>Pós- Estruturalista</b>	<p>A Educação Ambiental se dá através da provocação, da sensibilização das pessoas quanto aos problemas ambientais, sempre na busca de emocionar as pessoas.</p> <p>Faz o resgate de valores, sentimentos, da espiritualidade e de tradições que possibilitem uma nova ética.</p>	<p>Tem por objetivo a conservação e a melhoria do meio.</p> <p>Visa alcançar uma mudança de atitude por parte da comunidade.</p>
<b>Disciplinatória ou Adestramento Ambiental</b>	<p>É uma educação de condicionamento.</p> <p>O professor deve transmitir conhecimentos, comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades consideradas básicas para a manipulação e controle do meio social e cultural.</p> <p>Assim, a educação fica reduzida à função de transmitir os conhecimentos técnico-científicos, por meio da aquisição de conteúdos.</p>	<p>Esta vertente busca mudanças de comportamento do sujeito.</p> <p>Fornecendo ferramentas para que este possa atuar positivamente sobre o meio, de forma a proteger o meio ambiente e garantir que os recursos naturais não se esgotem.</p>

## CAPÍTULO III

### IMERSÃO NOS DADOS DA PESQUISA

#### ESTUDO PRELIMINAR: RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Inicialmente, fizemos um levantamento das Organizações Ambientalistas do Estado de São Paulo, analisando o grau de profissionalização destas através da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual permite a remuneração do seu quadro de funcionários e uma parceria com o governo. Antes da promulgação da Lei nº 9.790/99, que permite a qualificação como OSCIP, as ONGs trabalhavam com base no voluntariado, o que não possibilitava a contratação de profissionais com dedicação total.

#### Identificação das ONGs do Estado de São Paulo

Nesse levantamento inicial, das 135 instituições ecológicas encontradas, apenas 44 informaram o tipo de instituição, e destas, 25 são ONGs e 19 são OSCIPs (Gráfico 01).

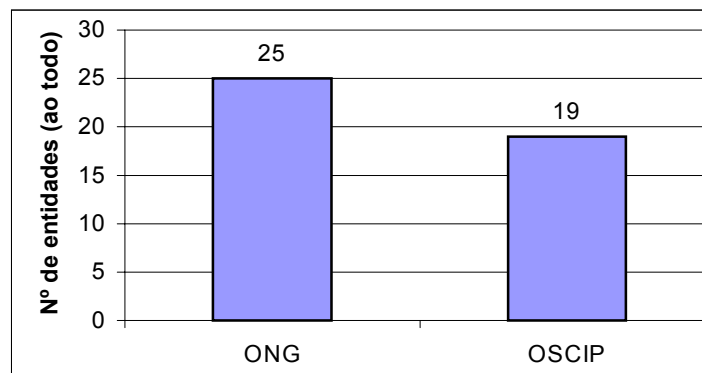


Gráfico 01: Quantidade de ONGs e OSCIPs no Estado de São Paulo



A instituição mais antiga encontrada foi fundada em 1956. Porém, foi no ano de 1991 que ocorreu um grande crescimento do número de entidades fundadas, o que comprova que apenas quando as preocupações com o meio ambiente tiveram uma repercussão mundial com a realização da Rio-92 é que houve um *boom* no número de instituições ligadas à área ambiental (Gráfico 02). Aqui cabe ressaltar que somente 94 ONGs das 135 que tiveram as suas páginas acessadas informavam o ano de fundação.

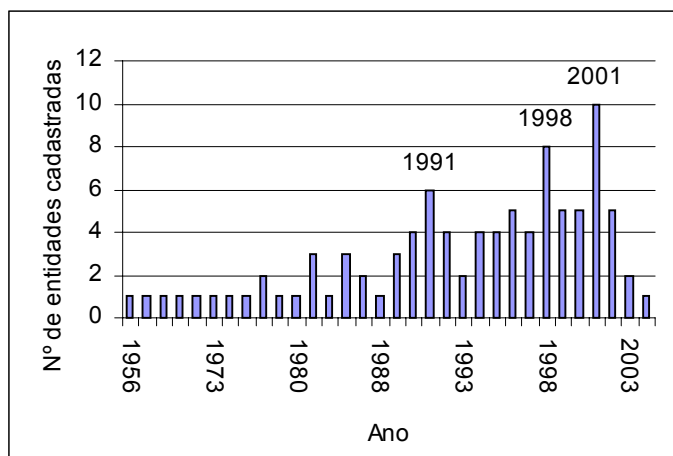


Gráfico 02: Ano de fundação das organizações do Estado de São Paulo

Devido a algumas características das OSCIPs há uma tendência, nos dias de hoje, da criação de um número maior de organizações do tipo OSCIP do que simplesmente ONGs, além de que muitas dessas últimas estão requisitando a sua qualificação como OSCIP, mesmo tendo sido criadas antes da promulgação da Lei 9.790 de 1999 (Gráfico 03).

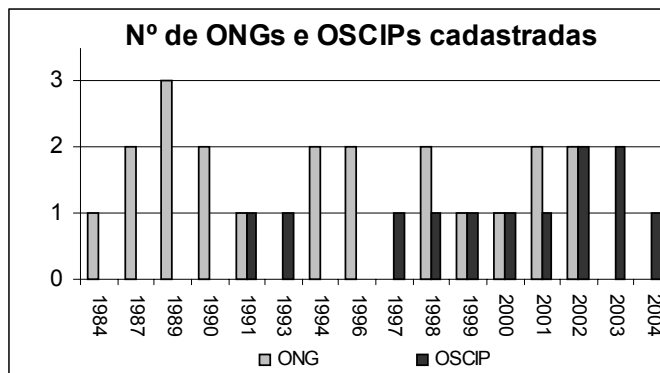


Gráfico 03: Fundação de ONGs e OSCIPs no Estado de São Paulo

## As ONGs do Litoral Norte do Estado de São Paulo

Em um levantamento inicial sobre o Litoral Norte do Estado de São Paulo, a pesquisa revelou a existência de 55 instituições, sejam elas associações de bairros, sociedades e cooperativas de trabalhadores. Porém, apenas 34 foram analisadas por trabalharem diretamente com Educação Ambiental entre outros projetos ambientais.

Nesse levantamento inicial detectou-se que, das 34 instituições citadas acima, apenas 19 definem claramente o tipo de instituição, sendo que 16 são ONGs e 3 são OSCIPs. Assim, a pesquisa constatou que há uma posição contrária à tendência atual da criação de um número maior de organizações do tipo OSCIP do que simplesmente ONGs, como foi detectado para o Estado de São Paulo.

A pesquisa mostra também que a instituição mais antiga encontrada foi fundada em 1979, e que o aparecimento das ONGs na região não apresentou uma época de maior surgimento deste tipo de organização como mostram os gráficos 04 e 05.

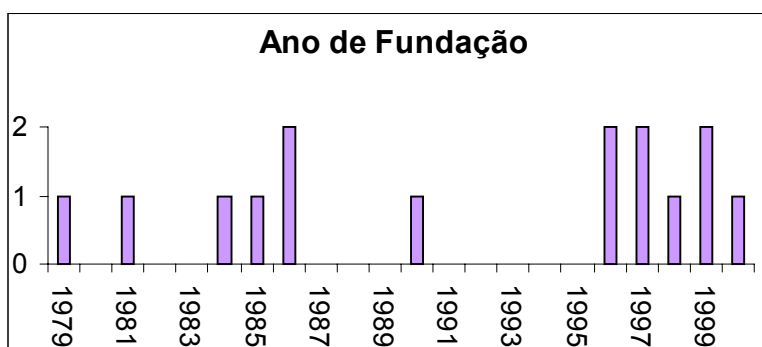


Gráfico 04: Número de organizações fundadas por ano no Litoral Norte.

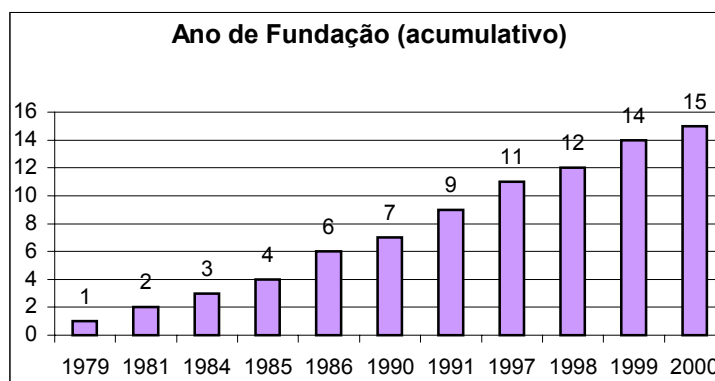


Gráfico 05: Número de organizações fundadas por ano no Litoral Norte (dados acumulativos)

Com isso pode-se perceber que, diferente de muitos outros locais, o aparecimento das organizações no Litoral Norte não está associado à realização da Rio-92, já que, das 15 que informavam o ano de fundação, 7 foram criadas antes do evento e, das 8 criadas depois, todas levaram um bom tempo para se constituírem (somente após 1996).

Quanto aos principais objetivos destas organizações, 34 informavam qual era o seu campo de atuação, das 55 existentes (Gráfico 06). Elas foram separadas em: Educação Ambiental (EA), Ecoturismo (Ecot), Preservação (Pres), Desenvolvimento Sustentável (DS), Conservação (Conser), Pesquisa (Pesq), Consultoria (Consult), Denúncia (Den), Fiscalização (Fisc), Monitoramento (Monit), Recuperação de áreas degradadas (Recup) e Capacitação de pessoal (Capac).

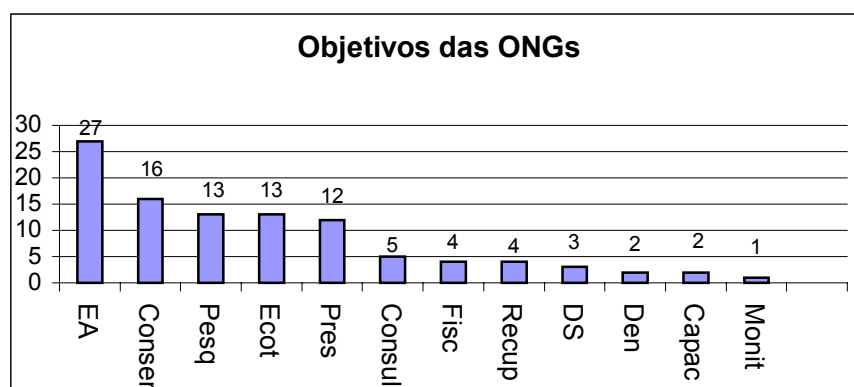


Gráfico 06: Objetivo das organizações ambientais do Litoral Norte

## QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Através do questionário inicial enviado pela internet, apresentado no capítulo anterior, pouco se pôde descobrir sobre as ONGs, visto que apenas 3 responderam ao e-mail, de 30 enviados.

Porém, esse baixo retorno não é culpa do desinteresse das ONGs, mas sim da falta de um órgão que faça o cadastro das ONGs existentes na região, e o mantenha atualizado. Existe um programa do governo que faz o cadastramento das ONGs de todo o Estado de São Paulo (PROAONG), mas este se encontra totalmente desatualizado: falta incluir várias ONGs novas e corrigir os dados das que já estão no cadastro.

Outro problema encontrado foi quanto ao próprio questionário. Num primeiro momento, ele se mostrou incompleto: as informações obtidas através dele não possibilitariam alcançar o real objetivo desta pesquisa. Assim, foram adicionadas mais algumas perguntas ao roteiro das entrevistas.

Para as três ONGs que já haviam respondido ao questionário por e-mail, estas novas perguntas foram enviadas, com solicitação para que as respondessem; obtivemos dois retornos pelo fato da mudança da diretoria de uma delas.

Os contatos realizados durante a fase de entrevistas possibilitaram obter dados de mais duas ONGs. Assim, enviados o questionário completo via e-mail, obtivemos mais duas respostas.

Em síntese, foram obtidos cinco conjuntos de respostas via e-mail, sendo que uma ficou incompleta.

O processo de entrevista iniciou-se por meio de um contato para o agendamento com seus responsáveis. Todas as ONGs mostraram-se interessadas em participar da pesquisa e não impondo nenhum obstáculo. As visitas foram marcadas dentro do período de uma mesma semana, ou seja, de 12 a 16 de janeiro de 2006.

Foram realizadas 6 entrevistas, com duração média de uma hora e meia. A boa receptividade não só possibilitou obter informações sobre a própria ONG como forneceu indicação de outras que, segundo os entrevistados, “não poderia deixar de serem visitadas”.

Com as entrevistas, percebeu-se a necessidade de incluir o item “resgate da cultura local” como objetivo de algumas ONGs ambientalistas.

Alguns outros dados foram percebidos durante as entrevistas, impossíveis de serem coletados através dos questionários recebidos via internet. São apenas observações, não comprovações, pois para isso seria necessário uma maior convivência com a rotina das ONGs.

Em metade das ONGs entrevistadas percebeu-se uma falta de estrutura organizacional, seja pela falta de uma sede, um escritório, ou de pessoas capacitadas, com alguma formação na área ambiental, para desenvolver projetos na área..

Percebeu-se também, durante os relatos, uma falta de pessoal interessado em abraçar a causa destas ONGs. De um corpo grande de associados, geralmente apenas 3 a 4 pessoas assumem a liderança e lutam pelos seus objetivos. Há um consenso sobre a falta de

comprometimento por parte dos voluntários, como estagiários, por exemplo; por esse motivo, a metade das ONGs conta com a contratação de pessoas capacitadas e interessadas para elaboração e execução dos projetos.

Das 6 ONGs entrevistadas, 4 eram composta por uma diretoria com alguma formação de nível superior e uma profissão paralela: advogado, professor, empresário do setor hoteleiro. Coincidentemente, estes mesmos não são naturais desta região, mas sim pessoas que eram freqüentadoras da região e, percebendo o descaso do poder público com o meio ambiente, resolveram se unir em torno dessa causa ambiental.

Estas mesmas ONGs compostas por pessoas de fora de região, são as mesmas com maior poder aquisitivo, principalmente por não viverem exclusivamente das atividades das ONGs. Porém, isso não indica necessariamente uma melhor capacidade de elaboração de projetos e arrecadação de verbas: percebe-se, sim, uma grande dificuldade. Duas tiveram até hoje apenas 1 projeto aprovado por instâncias financiadoras, e sobrevivem atualmente com dinheiro do próprio bolso; outra consegue muitos materiais, mas quase nada em dinheiro; uma quarta consegue aprovar um projeto aqui e outro lá, mas sobrevive com muito pouco recurso; duas outras conseguem arrecadar mais, um via elaboração e aprovação de projeto que vem se renovando a cada ano, e outra por funcionar como condomínio.

Foi interessante observar, nos relatos das ONGs da região, um bom relacionamento entre quase todas elas.

Muitas possuem projetos em comum, como o mutirão do Dia Mundial de Limpeza de Praias, mas cada uma atuando na sua região (muitas fazem parte da Rede da Mata Atlântica). Isso fica evidente, também, quando uma fornece o telefone ou e-mail de outra para que esta pudesse participar da pesquisa.

Existe um consenso entre todas as ONGs entrevistadas quanto à falta de apoio por parte dos órgãos públicos: eles não estabelecem convênios com as ONGs, não apóiam as atividades, não atuam nas bases do Desenvolvimento Sustentável da região e acabam, muitas vezes, por atrapalhar suas atividades.

## Resultados das Entrevistas e Questionários

Dentre estas 11 ONGs contatadas (5 via internet e 6 entrevistas), apenas 1 já possui a qualificação de OSCIP, porém mais algumas estão no processo de obtenção do título.

Quanto aos principais objetivos destas ONGs, foram citados, tanto nas entrevistas, quanto em seus estatutos e sites na internet, os seguintes itens: Ecoturismo (1), Capacitação (1), Fiscalização (2), Desenvolvimento Sustentável (3), Resgate da Cultura Local (3), Denúncia (3), Pesquisa (4), Conservação (6), Recuperação de áreas degradadas (7), Preservação (10) e Educação Ambiental (11) (Gráfico 07). Neste estudo foram entrevistadas apenas as ONGs que tinham como objetivo a Educação Ambiental.

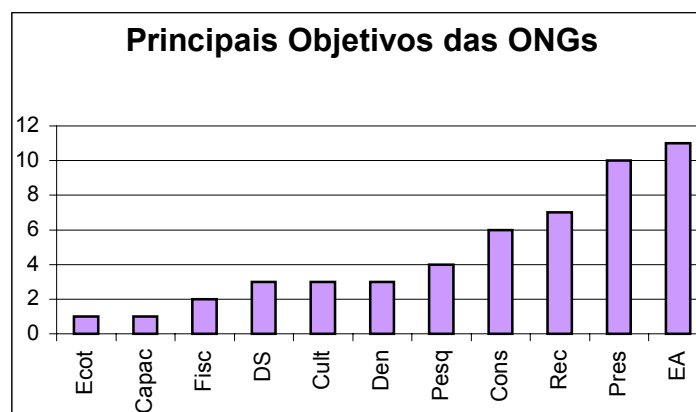


Gráfico 07: Principais objetivos das ONGs contatadas

A seguir, alguns recortes das falas dos ambientalistas sobre os objetivos das ONGs que evidenciam um perfil essencialmente pragmático:

*“Mutirão de limpeza do rio e das praias e trabalho sobre o lixo e sobre o manguezal em algumas escolas”*

*“Promover a Educação Ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio – ambiente”.*

*“Proteger a Mata Atlântica”.*

*“Defender e preservar a Mata Atlântica da Serra do Mar”.*

*“Coleta de óleo saturado (de hotéis, bares e restaurantes) para a reciclagem”.*

As ONGs possuem, em média, um orçamento anual de R\$ 15.564,00 que vêm, principalmente, de patrocínios ou doações, seja dos próprios sócios ou de empresas

privadas. Uma ONG, que não foi incluída nesse orçamento médio, possui um projeto fixo que rende a ela um orçamento anual médio de 1 milhão de reais. Os principais problemas sofridos pela maioria destas ONGs são a falta de recurso (8 delas) e de apoio por parte das prefeituras (5 ONGs) (Gráfico 08).

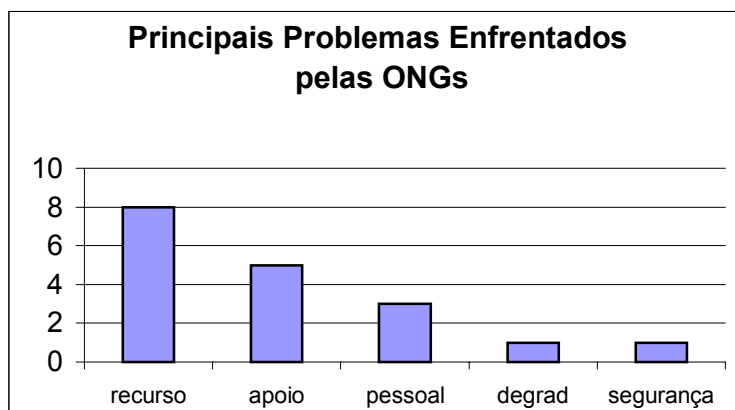


Gráfico 08: Principais problemas enfrentados pelas ONGs

Cinco ONGs possuem uma atuação apenas em nível local, em uma praia, bairro ou ilha. Contam com a participação de, em média, 16 voluntários. Apenas uma possui muitos funcionários contratados, por funcionar, também, como um condomínio. As demais não possuem nenhum contrato fixo.

Sete ONGs disseram que o principal objetivo da criação da ONG foi a luta pela conservação e recuperação do meio ambiente.

Quando questionadas sobre Educação Ambiental, elas apresentaram uma média de 4 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento nestes 3 últimos anos, voltados para a conscientização tanto de moradores quanto de turistas. Os principais projetos estão listados na tabela 3.

Tabela 3 - Principais projetos de Educação Ambiental

<b>Atividades e/ou projetos de Educação Ambiental desenvolvidos nos últimos 3 anos.</b>
01- ONG responsável por reunir outras ONGs da região e a população para o “Dia Mundial de Limpeza das Praias” que ocorre em setembro. Oficinas nas escolas com teatro, palestras e saída para o mangue.
02- Limpeza de praias, campanha permanente durante o ano todo. Campeonatos de surf
03- Quatro projetos: Campanha permanente do Lixo no mar, Mutirões de limpeza/ Clean Up Day, Estudo do Meio, Museu da Vida Marinha.
04- Projeto Salva-Surf que ocorre esporadicamente com aulas de Educação Ambiental; e em todos os campeonatos (15 por ano) tem atividades de mutirão de limpeza de praia.
05- Há 10 projetos e atividades em andamento. Os principais são: Ação Ambiental Verão 2005, Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias e Gincana Ecológica da Semana do Meio Ambiente.
06- Há um projeto (Descobrimos Para Preservar) que já está na 5ª edição: há aulas expositivas e discussões incentivando os alunos a fazer denúncias.
07- Há 3 fases do projeto sobre Educação Ambiental e conservação dos recursos hídricos e da Mata Atlântica. Em 2001 teve um workshop sobre mergulhos em áreas protegidas. Projeto sobre recifes artificiais.
08- A ONG não executa os projetos, sua função é mais política e de representação e articulação perante os poderes constituídos e entidades afins. As associações filiadas possuem projetos realizados e outros em andamento. Bibliotecas comunitárias, capacitação para gerenciamento de lixo e operação de estações de tratamento de esgotos de condomínios, pousadas e hotéis, teatro comunitário, monitoramento da qualidade das águas do rio do bairro, mutirão de limpeza de praias, contratação e curso para jovens atuarem como “fiscais de praia”, palestra em escolas, doação e plantio de mudas nativas no dia da árvore.
09- Desenvolvimento da Semana do Meio Ambiente (desde 2002); Projeto de sabão com a reciclagem do óleo; Reciclagem de papel nas escolas municipais; “O Parque é Nosso”: trabalho com demarcação das cotas altimétricas do Parque Estadual da Serra do Mar (cota 40) e Mutirão de limpeza nas praias, rios...
10- Dois projetos: Educação Ambiental de jovens de comunidades carentes para atuarem como monitores de ecoturismo; Educação Ambiental de turistas na entrada de trilhas, alertando sobre os impactos de sua visita e solicitando colaboração no sentido da preservação.
11- Projeto “Na Trilha do Mangue” com a comunidade local das 2 pontas da praia; - distribuição de sacolinhas na praia; -placas informativas; -campanha do micro-lixo (bitucas, papel de bala...) com mutirão de limpeza; Coleta seletiva.

A limpeza das praias é uma atividade desenvolvida pela maioria das ONGs como um projeto de Educação Ambiental (das 11 ONGs pesquisadas, 8 citam mutirões de limpeza das praias). Há, geralmente, a distribuição de sacolas de plástico para o recolhimento do lixo. Um ambientalista entrevistado, entretanto, questiona o uso do saquinho plástico que,



de certa forma, contraria o discurso: redução do consumo de materiais não renováveis e diminuição do lixo.

*(...) basta observar algumas campanhas de limpeza de praia que oferecem saquinhos plásticos aos turistas... O que na minha opinião é muito complicado por contradizer o que estamos solicitando – redução do consumo de materiais não renováveis, diminuição do lixo e por aí segue.*

Através das respostas dadas, percebe-se que os profissionais que atuam nas ONGs pesquisadas não possuem uma tendência paradigmática definida. Apesar de todos terem um ideal comum – a defesa e a recuperação do meio ambiente –, em geral, não têm posição clara sobre Educação Ambiental. Mantêm um discurso, às vezes emancipatório, mas com práticas conservadoras, disciplinatórias, como é o caso de projetos na área de reciclagem de lixo e mutirões de limpeza das praias.

A seguir, na tabela 4, encontram-se alguns trechos das respostas dadas pelos ativistas das ONGs, tanto nos questionários como nas entrevistas, em relação à Educação Ambiental, que permitiram que as organizações fossem classificadas como pertencente a uma determinada vertente da Educação Ambiental. Muitas ONGs deram respostas diversas, sendo, então, encaixadas em mais que uma vertente.

Tabela 4. Unidades de análise selecionadas em categorias:

Pós-Estruturalista	"As pessoas têm vontade de ver o meio bonito, conservado e limpo. Elas têm que gostar do meio, é isso que falta". (ONG 01)
	"Ao sensibilizar o público, despertamos ou lembramos as pessoas de sua responsabilidade para com esta questão". (ONG 03)
	"Nós ambientalistas devíamos criar ações de impacto, tanto social quanto na mídia". (ONG 10)
	"Devíamos fazer uma educação ostensiva, campanha agressiva, de repressão". (ONG 11)
Adestramento Ambiental	"O nosso projeto é baseado em aulas expositivas, onde ensinamos (...) o que é certo e errado, fornecemos instrumentos para que eles aprendam a fazer denúncias sobre irregularidades ambientais". (ONG 06)